

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELAINE CRISTINA ITNER VOIDELO

(IM)POSSÍVEIS FONTES PARA HISTÓRIA DA SAÚDE NO PARANÁ

PONTA GROSSA

2024

ELAINE CRISTINA ITNER VOIDELO

(IM)POSSÍVEIS FONTES PARA HISTÓRIA DA SAÚDE NO PARANÁ

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

PONTA GROSSA

2024

Voidelo, Elaine Cristina Itner

V889s

(Im)Possíveis Fontes para História da Saúde no Paraná /  
Elaine Cristina Itner Voidelo. Ponta Grossa, 2024.  
73 f.

Dissertação (Mestrado em História – Área de Concentração:  
História, Cultura e Identidades), Universidade Estadual de Ponta  
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

1. História da Saúde. 2. Saúde pública. 3. Memória  
institucional. I. Autor. II. Título. III. Orientador.

CDD: 610.98162 (23 ed.)

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Elaine Cristina Itner Voidelo**

### **(IM)POSSÍVEIS FONTES: A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 26 de fevereiro de 2024, pela seguinte banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

**NILTONCI BATISTA CHAVES**

Data: 26/02/2024 13:59:34 -0300

Verifique em <https://validar.tl.gov.br>

**Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves (Orientador)**



Documento assinado digitalmente

**RENE WAGNER RAMOS**

Data: 26/02/2024 16:51:04 -0300

Verifique em <https://validar.tl.gov.br>

**Prof. Dr. Renê Wagner Ramos (SETI-PR)**



Documento assinado digitalmente

**ROBSON LAVERDI**

Data: 26/02/2024 14:51:08 -0300

Verifique em <https://validar.tl.gov.br>

**Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)**

Dedico à memória de meu pai e minha mãe,  
que partiram desta vida durante a elaboração deste trabalho.  
Incentivadores (à sua maneira) da minha busca pelo saber.  
Agradeço por tudo o que fizeram por mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha sincera gratidão à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Programa de Pós-graduação em História (PPGH) pela inestimável oportunidade que me foi concedida.

Estendo meus agradecimentos aos professores Robson Laverdi, Alessandra Izabel de Carvalho, Erivan Cassiano Karvat, Evelyn Roberta Nimmo e Edson Armando Silva. A dedicação com que compartilharam seus conhecimentos em suas respectivas disciplinas enriqueceu minha jornada acadêmica de maneira imensurável, proporcionando aprendizados que guardarei por toda a vida.

Agradeço também aos meus colegas do mestrado e aos membros do Núcleo de Pesquisa em História Intelectual. As discussões enriquecedoras que tivemos foram fundamentais para o aprofundamento de meu conhecimento e perspectiva acadêmica.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Niltonci Batista Chaves, e aos professores Robson Laverdi e Elizabeth Johansen. Durante o processo de qualificação, seus valiosos comentários, críticas construtivas e sugestões de leituras revelaram-se cruciais para o desenvolvimento e refinamento desta pesquisa.

Não posso deixar de expressar minha profunda gratidão à minha família, Anselmo e Erich, pela compreensão e apoio incondicional.

Por fim, dirijo meu agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, apoiaram, incentivaram e contribuíram para a realização deste trabalho. Suas diversas formas de auxílio foram essenciais para a concretização desta pesquisa.

A biblioteca parece assim ser uma espécie de Penélope que [*aguardando Ulisses*] tece os fios da teia do tempo e do conhecimento, e à noite a desfaz pelo silêncio, para recomeçar no outro dia o mesmo trabalho. Palavra efêmera, conhecimento efêmero. A teia, o tecido é esse grande discurso que ela encerra no que é manifesto, e naquilo que se mostra, e no que é subterrâneo, latente; precisa e ser quer desvelado.

(Vera Casa Nova)

## RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo tornar acessíveis as fontes da Divisão de Pesquisa e Documentação Científica (DPDC) da Secretaria de Saúde do Paraná, facilitando a consulta ao acervo documental. Com um foco especial em registros históricos, como diplomas e licenças de saúde desde 1886, a pesquisa explora a evolução da saúde no Brasil, destacando a relevância da preservação documental para a identidade institucional. Além da análise desses registros, o estudo aborda a falta de políticas arquivísticas, dificultando o acesso a documentos relevantes para pesquisadores. A pesquisa examina a trajetória da saúde desde o período colonial até os dias atuais. Essa análise é essencial para compreender o contexto em que os registros foram gerados e o desenvolvimento da saúde no Paraná. A metodologia do estudo baseia-se na análise de registros históricos, especialmente nos livros de diplomas e licenças de saúde. Os resultados destacam a riqueza de informações contidas nos registros de diplomas, proporcionando um panorama da trajetória profissional dos profissionais de saúde ao longo de 96 anos. No que diz respeito às conclusões, a pesquisa ressalta a importância da preservação documental não apenas como salvaguarda, mas como componente crucial da identidade e história institucional. Enfatiza a necessidade urgente de investir em pessoal especializado para garantir a organização adequada e a disponibilização eficiente dos documentos. O estudo sublinha o valor inestimável dos registros de diplomas e livros de matrículas como fontes essenciais para pesquisa científica, contribuindo significativamente para o enriquecimento da compreensão da história da saúde e da educação em saúde no Paraná.

**Palavras-chave:** Memória institucional. Registros históricos. Políticas arquivísticas. Saúde pública. Educação em saúde.



## ABSTRACT

This study primarily aims to make the sources of the Division of Scientific Research and Documentation (DPDC) of the Paraná Health Department accessible, facilitating the consultation of the document collection. With a special focus on historical records, such as health diplomas and licenses since 1886, the research explores the evolution of health in Brazil, highlighting the relevance of document preservation for institutional identity. Besides analyzing these records, the study addresses the lack of archival policies, hindering access to documents relevant for researchers. The research examines the trajectory of health from the colonial period to the present day. This analysis is essential to understand the context in which the records were generated and the development of health in Paraná. The study's methodology is based on the analysis of historical records, especially in the books of health diplomas and licenses. The results highlight the wealth of information contained in the diploma records, providing an overview of the professional trajectory of health professionals over 96 years. In terms of conclusions, the research emphasizes the importance of document preservation not only as safeguarding but as a crucial component of institutional identity and history. It stresses the urgent need to invest in specialized personnel to ensure proper organization and efficient availability of documents. The study underlines the invaluable value of diploma records and registration books as essential sources for scientific research, significantly contributing to enriching the understanding of the history of health and health education in Paraná.

**Keywords:** Institutional memory, Historical records, Archival policies, Public health, Health education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Situação após alagamento (2021) .....	18
Fotografia 2 - Condição do piso (2022) .....	18
Fotografia 3 - Retirada do acervo para reforma do piso (2022) .....	19
Fotografia 4 - Espaço reorganizado (2023) .....	20
Fotografia 5 - Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr.Caetano Munhoz da Rocha	32
Fotografia 6 - Escola de Saúde na Praça Ouvidor Pardinho .....	35
Fotografia 7 - Capa do primeiro livro de registros .....	43
Fotografia 8 - Termo de abertura do primeiro livro de registros .....	44
Fotografia 9 - Série de registros manuscritos.....	45
Fotografia 10 - Modelo de registro citando a legislação imperial.....	46
Fotografia 11 - Livro Índice dos registros de profissões correlatas a medicina .....	47
Fotografia 12 - Índice dos registros de profissões correlatas a medicina .....	48
Fotografia 13 - Primeiro registro de parteira.....	50
Fotografia 14 - Descrição da cor da pele preta .....	51
Fotografia 15 - Descrição da cor da pele amarela.....	51
Fotografia 16 - Descrição da cor da pele branca, parda e morena .....	52
Quadro 1 - Registros e diversificação de cursos por período.....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	Ações Integradas de Saúde
Celepar	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CFRH	Centro Formador de Recursos Humanos
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
DPDC	Divisão de Pesquisa e Documentação Científica
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
ESPP	Escola de Saúde Pública do Paraná
FUNEAS	Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná
OMS	Organização Mundial de Saúde
PGD	Programa de Gestão de Documentos do Estado do Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESCPR	Serviço Social do Comércio Paraná
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 - GUARDANDO A MEMÓRIA DA SAÚDE</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 2 - SAÚDE PÚBLICA: CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL</b> .....	22
2.1 EDUCAÇÃO EM SAÚDE.....	29
<b>CAPÍTULO 3 - ARQUIVOS DE SAÚDE</b> .....	37
3.1 O CONJUNTO DE FONTES.....	40
3.1.1 Análise inicial dos registros.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59
<b>APÊNDICE A - SÉRIE DOCUMENTAL RELATIVA AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b> .....	65

## INTRODUÇÃO

Este estudo coloca-se na linha de pesquisa Discursos, representações: produção de sentidos, na área de concentração História, Cultura e Identidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Propõe-se à disponibilização de possíveis fontes de pesquisa atualmente armazenadas na Divisão de Pesquisa e Documentação Científica (DPDC) da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA).

“Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.”<sup>1</sup>

Como bibliotecária há três décadas, e tendo meu juramento profissional como desencadeador para essa pesquisa, devo zelar pelos princípios que orientam a profissão e reafirmar a obrigação de preservar o caráter liberal e humanista da área, assegurando a liberdade de investigação científica e respeitando a dignidade humana. Essa responsabilidade também é própria da pesquisa histórica, orientando ações e justificando a busca por informações.

Ao nos dedicarmos à pesquisa histórica, estamos efetivamente cumprindo a promessa de preservar os valores fundamentais da profissão bibliotecária. Isso transcende uma mera atividade técnica; é um compromisso de responsabilidade para com a sociedade e as futuras gerações. Os registros históricos são pilares indispensáveis para nossa compreensão do mundo, permitindo-nos traçar a evolução das ideias, instituições e experiências humanas.

A liberdade de investigação científica, mencionada em nosso juramento, é essencial para a pesquisa histórica. Ela nos permite explorar eventos passados, analisar fontes e formular conclusões embasadas em evidências. Compreender o contexto histórico nos capacita a identificar padrões, causas e efeitos, aprendendo com os erros e sucessos daqueles que nos precederam.

A dignidade da pessoa humana é outro princípio central para nós. A pesquisa histórica nos lembra que por trás dos fatos e datas estão as vidas das pessoas. Cada documento, cada testemunho, é uma janela para as experiências humanas. Investigar

---

<sup>1</sup> (Conselho Federal de Biblioteconomia, 1966)

a história do acesso à saúde pública e à educação em saúde nos possibilita examinar como essas políticas impactaram indivíduos e comunidades ao longo do tempo.

Ética e responsabilidade estão intrinsecamente entrelaçadas em nossa pesquisa histórica. Devemos conduzir nossas investigações com integridade, evitando distorções ou omissões deliberadas. Nossa busca por informações deve ser pautada pela honestidade intelectual.

Por fim, a pesquisa histórica nos auxilia na identificação de desigualdades persistentes, permitindo-nos compreender como certas decisões afetaram grupos minoritários. Essa compreensão é crucial para a criação de sistemas mais equitativos no presente e no futuro.

Em síntese, nossa pesquisa histórica é uma contribuição para a sociedade, conectando passado, presente e futuro. Como bibliotecários, somos guardiães da memória coletiva e agentes de mudança, honrando nosso juramento profissional a cada busca nos arquivos e nas estantes.

O conhecimento sobre a história do acesso à saúde pública e à educação em saúde entre as minorias é fundamental para entender e abordar as desigualdades históricas e contemporâneas em saúde. Esse conhecimento ajuda na criação de sistemas de saúde mais equitativos, na identificação de grupos marginalizados e no desenvolvimento de estratégias específicas para melhorar seu bem-estar. Além disso, ampliar a compreensão dessa história pode promover uma maior conscientização e sensibilidade cultural entre os profissionais de saúde e a população em geral, contribuindo para a melhoria da qualidade e eficácia do atendimento à saúde.

Assim, os registros históricos existentes podem auxiliar na pesquisa deste assunto oferecendo detalhamento do contexto social, político e econômico onde as políticas de saúde foram formuladas e implementadas, revelando como certas decisões afetaram o acesso à saúde e à educação em saúde.

Através da análise de registros históricos, é possível identificar momentos de progresso significativo, bem como persistentes lacunas no acesso à saúde pública e à educação em saúde para grupos minoritários. Permite aos pesquisadores rastrear mudanças nas políticas de saúde e nas atitudes sociais em relação à saúde das minorias e à educação em saúde, oferecendo visões para futuras mudanças.

Portanto, os registros históricos são inestimáveis para compreender a trajetória do acesso à saúde pública e à educação em saúde, permitindo-nos não apenas

reconhecer as injustiças passadas, mas também planejar um futuro mais equitativo e saudável para todos.

Assim, no trabalho que segue, busca-se apresentar o papel crucial da divisão na salvaguarda e organização da memória técnica institucional da SESA, e questões sobre o processo de constituição e manutenção dessa memória e as ações em andamento para melhoria dos processos.

O capítulo inicial explora o contexto enfrentado pela ESPP na reestruturação da divisão após um alagamento, destacando limitações, mas também a busca por soluções, refletindo um esforço contínuo para o desenvolvimento de suas atividades.

O capítulo destaca a importância do patrimônio documental, enfatizando a responsabilidade de preservá-lo e disponibilizá-lo através do acesso físico ou digital.

Diante da complexidade do tema e da necessidade de compreensão dos conceitos e desenvolvimentos na área de saúde pública, empreendeu-se um estudo acerca da história da saúde pública apresentado no capítulo 2.

Neste segundo capítulo, exploramos essa trajetória, até as transformações e desafios enfrentados ao longo dos séculos, como políticas de higienização urbana e a incapacidade de lidar eficazmente com endemias e epidemias decorrentes de limitações diante das condições sanitárias precárias e da escassez de recursos.

Assim, pontuamos que a criação da Inspetoria Geral de Higiene em 1886 representou uma reorganização importante, atuando na regulação e fiscalização das questões sanitárias ao nível nacional, antecedendo a constituição de secretarias regionais de saúde nos estados.

Este capítulo percorre, assim, as etapas fundamentais da evolução da saúde pública no Brasil e no Paraná, abordando suas conquistas, desafios e as mudanças estruturais que marcaram esse percurso.

O subcapítulo seguinte, aborda um importante período na história da saúde pública no Paraná, centrando-se na evolução da Educação em Saúde, onde o governo paranaense, em sintonia com as preocupações sociais, iniciou projetos significativos para melhorar a infraestrutura e o atendimento médico, respondendo às crescentes demandas da população. Essa fase foi marcada pela construção de instituições hospitalares essenciais e onde a Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (CFRH) desempenharam papéis decisivos na formação e qualificação em saúde, com foco na descentralização e interiorização dos serviços.

O acervo documental analisado neste estudo destaca a importância dessas instituições na preservação da memória e história da saúde pública, fornecendo registros valiosos sobre políticas, programas e experiências que moldaram a formação e qualificação em saúde no estado do Paraná.

A importância dos Arquivos de Saúde na preservação da história, memória e legado das instituições ligadas à saúde é apresentado no capítulo 3. O papel desses arquivos transcende a simples salvaguarda de documentos, desempenhando um papel essencial na promoção do conhecimento e na perpetuação de registros significativos que moldaram a trajetória das instituições ao longo do tempo.

A preservação desses documentos não deve ser apenas um ato de conservação, mas também uma prática que visando a disponibilização pública, permitindo o acesso a informações históricas e científicas valiosas.

A pesquisa realizada visa demonstrar a necessidade de reconhecimento da importância dos arquivos documentais por parte das instituições, evitando a visão equivocada de que são depósitos de documentos sem importância. Buscar a conformidade com as políticas de gestão transparente e acesso à informação é crucial, garantindo a preservação dos direitos dos cidadãos e a integridade do estado.

O capítulo descreve parte do arquivo permanente da DPDC, destacando a decisão metodológica de concentrar-se exclusivamente nos livros de registros profissionais presentes nesse acervo, por sua singularidade, fragilidade e necessidade de acesso e preservação.

Este capítulo se propõe a explorar e contextualizar o valor histórico desses registros profissionais, dando ênfase à sua função, origem e composição.

Destaca-se que esses registros não se limitam à transcrição de diplomas, mas fornecem uma riqueza de informações sobre os indivíduos registrados, incluindo detalhes que permitem análises multifacetadas, desde padrões de imigração até mudanças nas práticas médicas e desenvolvimentos nas profissões de saúde.

A pesquisa também revela uma conexão intrínseca entre os registros e o desenvolvimento histórico das instituições de ensino, acompanhando a diversificação de cursos e instituições ao longo do século XX. Esses registros fornecem uma janela para o passado, documentando não apenas a rotina institucional, mas também as transformações sociais, demográficas e culturais.

Ao abordar a multiplicidade de informações contidas nos aproximadamente 26 mil registros, este capítulo destaca a relevância dessas fontes para a pesquisa



histórica e convoca a explorar as inúmeras possibilidades de pesquisa que eles oferecem, reforçando seu papel como elementos fundamentais na preservação e interpretação da história e memória da saúde.

Em conclusão, este capítulo destaca a essencial preservação dos arquivos históricos na área de saúde, reforçando a compreensão da história, ciência e cultura. A disponibilização pública desses documentos não apenas enriquece o conhecimento, mas também assegura a continuidade da memória coletiva, permitindo a compreensão aprofundada do passado e do presente. É por meio do acesso e estudo desses elementos que se garante a preservação desse patrimônio crucial para a compreensão da saúde pública.

Nas considerações finais, permitiu-se lembrar projetos notáveis dedicados à preservação da memória da saúde no Estado, esforços que também se tornaram ferramentas essenciais para a pesquisa histórica.

A memória, como um processo social contínuo, é fundamental para a identidade e história de grupos e comunidades, e o acesso a “lugares de memória” como arquivos e bibliotecas, é essencial para compreender o presente.

A preservação e divulgação da documentação vão além da manutenção do passado, estimulando a pesquisa e análise crítica, não apenas abrindo novas perspectivas de investigação, mas também revelando a riqueza do passado por meio de registros aparentemente simples.

Assim, ao buscar a disponibilização deste acervo ao utilizar a biblioteca e as possíveis plataformas digitais, não apenas preservamos a história, mas também ampliamos as oportunidades de aprendizado e reflexão, desafiando-nos a construir um entendimento mais abrangente de nossa história.

Este trabalho destaca o valor dos documentos como fontes essenciais para a pesquisa e preservação do patrimônio histórico. A continuidade do tratamento técnico especializado e divulgação são fundamentais.

A documentação histórica é um patrimônio cultural que precisa ser preservado e difundido para garantir o direito à informação e cultura da comunidade, enriquecendo a historiografia da saúde e da educação.

## CAPÍTULO 1

### GUARDANDO A MEMÓRIA DA SAÚDE

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.  
Em cofre não se guarda coisa alguma.  
Em cofre perde-se a coisa à vista.  
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por  
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela  
iluminado.

(Antonio Cícero)<sup>2</sup>

Após 17 anos de experiência em instituições privadas e de ensino e mais uma década dedicada ao Serviço Social do Comércio (SESCPR), onde desempenhei funções administrativas e gerenciais na rede de bibliotecas em todo o estado, na elaboração e execução de projetos culturais relacionados à cultura, assumi o cargo de bibliotecária na ESPP em 2021. Essa mudança de carreira despertou meu interesse pelo campo da saúde e suas fontes de informação.

A divisão onde atuo, DPDC, atualmente vinculada à ESPP, compreende uma divisão que abrange biblioteca, arquivo e museu da SESA. Além das funções convencionais de uma biblioteca, o regimento interno atribui à DPDC a responsabilidade de 'constituição da memória técnica institucional com registros e organização de documentos históricos, bem como das informações, conhecimentos por ela produzidos'. No entanto, a interpretação do termo "constituição da memória técnica institucional" carece de clareza, pois além de não definir o processo de criação e manutenção desta memória, também não esclarece sobre a possível sobreposição de funções. Tarefas como as de documentação e arquivamento que exigem competências especializadas e que podem não ser apropriadas para um único profissional. (Paraná, 2012).

Verificou-se também que a participação no Programa de Gestão de Documentos do Estado do Paraná (PGD), era tímida, visto que todo o acervo da divisão se encontra sem organização, catalogação e possibilidade de compartilhamento, mas que caminha para um processo de melhoria. Recentemente foi solicitado a verificação de viabilidade de participação da ESPP no PGD. Com esta interação e orientações técnicas adequadas, certamente haverá maior envolvimento nas políticas de avaliação documental, que trará melhorias para a gestão de

---

<sup>2</sup> CÍCERO, A. In: Moriconi, 2001, p. 337

documentos e preservação da memória institucional, sendo então aplicadas as legislações pertinentes ao assunto. (Paraná, 2004, 2022).

Atualmente, com solicitações junto ao Arquivo Público do Paraná, pleiteamos participação junto ao PGD e a contratação de um arquivista; à SESA, conseguiu-se também a liberação de acesso ao Documentador<sup>3</sup> para utilização como repositório; e à Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), a atualização do Sistema Pergamum<sup>4</sup>, onde se pretende iniciar a digitalização e catalogação do acervo da DPDC.

Acredito que a falta de tratamento documental ocorrida se deve ao percurso desafiador enfrentado no passado pela SESA e a ESPP, como relatados por Fernandes Junior em suas obras. Esses desafios incluíam a escassez de recursos para aprimorar os serviços, abrangendo desde a falta de infraestrutura física, senso de pertencimento e reconhecimento na instituição até as restrições nos processos financeiros e burocráticos. (Fernandes Junior, 1987, 1995).

Mesmo diante dessas circunstâncias, a ESPP continua a buscar soluções para aprimorar suas condições atuais. Atualmente, embora afastada do centro, a organização está empenhada em superar as barreiras de acesso para a população e os funcionários. O prédio, está constantemente passando por melhorias para lidar com questões como infiltrações e danos causados por enchentes, devido à falta de drenagem no terreno, e foi recentemente adequado às normas de prevenção e combate a incêndios. Essas iniciativas demonstram um esforço contínuo e dedicado da ESPP em criar um ambiente mais seguro, acessível e adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

Sendo assim, considera-se importante o relato do processo de reconstrução da divisão a seguir:

No início de 2021, apenas duas semanas após minha entrada no cargo, uma enchente atingiu a escola e a biblioteca, resultando em danos significativos a muitos livros e documentos arquivados, que há muito já haviam resistido às intempéries do tempo e à prática do descarte e da guarda em ambientes insalubres.

---

<sup>3</sup> Documentador é uma ferramenta de gestão, armazenamento e recuperação de documentos corporativos.

<sup>4</sup> Pergamum é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de Centros de Informação.

Fotografia 1 - Situação após alagamento (2021)



Fonte: A autora (2021)

Naquele momento, apesar dos esforços dedicados à limpeza e reorganização após a enchente, algumas dificuldades persistiram, como as estantes de aço, afetadas pela ferrugem, e o piso cerâmico solto na biblioteca criando um ambiente de trabalho desestimulante. Mas houve o comprometimento da DPDC em superar esses obstáculos, buscando soluções que proporcionassem um ambiente mais agradável e funcional tanto para os funcionários quanto para os usuários.

Fotografia 2– Condição do piso (2022)

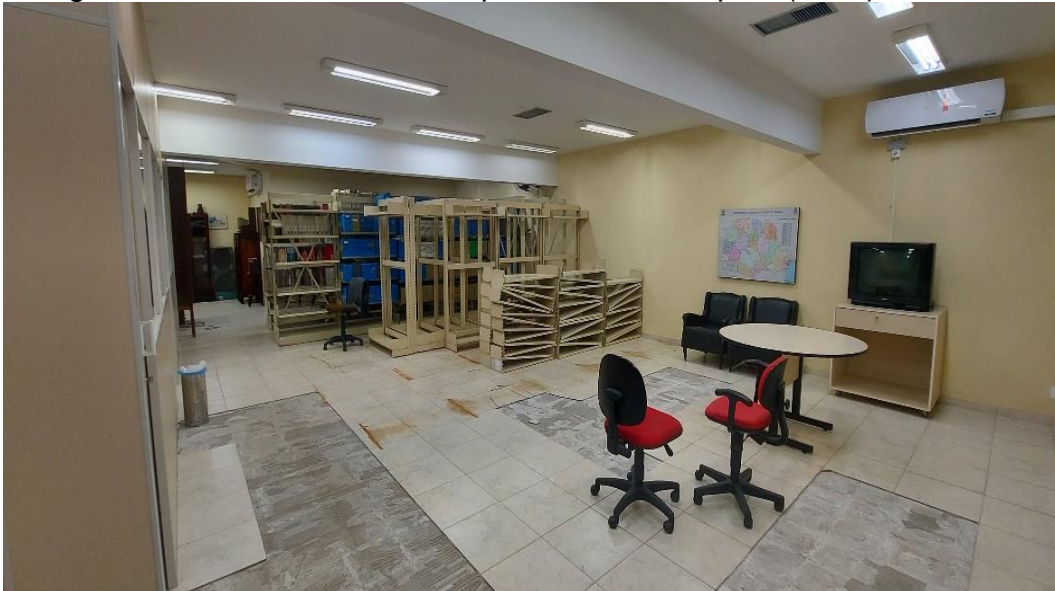


Fonte: A autora (2022)

As tentativas de reestabelecimento do ambiente, aconteceram imediatamente após a enchente, porém, devido a outras prioridades institucionais da SESA e da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS), somadas às dificuldades do processo licitatório, a situação do piso destruído perdurou por dois anos.

Enfim, em dezembro de 2022, houve a contratação de uma empresa para realizar o serviço de colocação de novo piso. O início da obra foi adiado para fevereiro de 2023 devido ao recesso escolar, e concluída em abril, permitindo assim o início da reorganização e mudança de layout do espaço, permitindo a otimização do espaço em relação a funcionalidade, estética e eficiência.

Fotografia 3– Retirada do acervo para reforma do piso (2022)



Fonte: A autora (2022)

A reorganização avançou em um ritmo mais lento devido à disponibilidade limitada de ajuda voluntária e à ausência de uma equipe de manutenção na escola.

No entanto, com a colaboração valiosa de um estagiário e o uso de recursos próprios para contratar ajudantes de mudança, juntamente com o apoio generoso de familiares no financiamento da pintura e instalação de mobiliário, concluiu-se a instalação da DPDC em junho de 2023.

Fotografia 4– Espaço reorganizado (2023)



Fonte: A autora (2023)

Atualmente, há um ambiente mais agradável e atrativo que dispõe de local para estudo, computadores para pesquisa e consulta ao acervo, além de espaço expositivo para o acervo de objetos. No entanto, é importante que essas mudanças sublinhem a relevância da biblioteca como um equipamento cultural essencial e destaque a importância da busca em disponibilizar o acesso à informação também por meio de recursos digitais, transcendendo as limitações do ambiente físico, ressaltando a biblioteca como um centro dinâmico de conhecimento.

Permanece, assim, o compromisso em buscar a identidade e valorização deste lugar de memória da saúde. A adaptação às mudanças, juntamente com a ênfase na importância cultural e digital do acervo, reforça nosso empenho em preservar e fortalecer esse espaço para as gerações futuras.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2002), o patrimônio documental é um bem coletivo que pertence a toda a sociedade, e, como tal, deve ser preservado e disponibilizado de maneira contínua e acessível a todos, sem imposições ou obstáculos. Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar a "vontade de memória" em consonância com as políticas, projetos e objetivos das instituições, de forma que a preservação e disseminação do patrimônio documental se transformem em uma verdadeira "obrigação" e um "dever de memória". (Hartog, 2006, p. 266; Nora; Khoury, 1993, p. 22).

Essa abordagem reconhece que a memória coletiva é um elemento essencial na construção da identidade cultural e histórica de uma sociedade. Portanto, as políticas e práticas institucionais devem ser moldadas não apenas pelo desejo de preservar o passado, mas também pela responsabilidade de garantir que o acesso a esse patrimônio seja possível, amplo e desimpedido, permitindo que as gerações presentes e futuras possam aprender e se beneficiar das lições e realizações do passado. Em essência, a preservação do patrimônio documental se torna essencial para a construção e manutenção da identidade cultural e histórica de uma sociedade.

Nesse contexto, a pesquisa proposta adota uma abordagem que visa não apenas facilitar o acesso ao acervo documental da Saúde do Paraná, proporcionando aos trabalhadores da saúde e a outros pesquisadores uma oportunidade de interagir com essa valiosa "memória institucional", mas também busca compreender como o acervo arquivístico representa o desenvolvimento organizacional da SESA e o impacto de suas ações, ou da ausência delas, na construção dessa memória.

Ao ter acesso à documentação histórica da instituição, constituída de relatórios, fotografias, objetos, publicações, entre outros, minha atenção foi inicialmente direcionada aos livros de registro de diplomas e licenças para o exercício de profissões e atividades relacionadas à saúde, datando desde 1886. Esses registros, manuscritos pela divisão responsável pela fiscalização do exercício profissional, como a 'Inspectoria de Hygiene da Província', constituem o foco central da minha pesquisa. Pretendo me concentrar nessas fontes de registro para compreender como elas refletem a trajetória da instituição ao longo do tempo, desde sua origem até os dias atuais.

Dado que minha experiência prévia estava predominantemente em áreas não relacionadas à saúde, foi necessário realizar um estudo aprofundado para entender a origem dos conceitos e o desenvolvimento da saúde pública, tanto em âmbito nacional quanto estadual. Isso incluiu a análise dos processos de transformação, influências e práticas que moldaram a formação de profissionais de saúde por meio das instituições de educação em saúde ao longo dos anos.

Em resumo, minha pesquisa busca não apenas disponibilizar esse importante repositório de memória institucional, mas também expor os significados e as implicações do acesso a esses registros históricos para a Saúde do Paraná.

## CAPÍTULO 2

### SAÚDE PÚBLICA: CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL

Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

(OMS)

No contexto da história da saúde no Brasil, é possível traçar suas raízes desde os primeiros momentos da colonização. De acordo com Scliar (2002, p. 45), os primeiros europeus que chegaram ao Brasil ficaram maravilhados com a saúde e aparência dos indígenas, que mantinham hábitos saudáveis relacionados à alimentação e à vida ativa. Em caso de enfermidade, os indígenas recorriam aos pajés, que utilizavam rituais mágicos e remédios à base de ervas para tratamento.

Esses conhecimentos de cura pelos indígenas, foram relatadas nas cartas enviadas a Portugal durante o início da colonização, descrevendo que os indígenas que habitavam as terras brasileiras já possuíam técnicas que os permitiam tratar a saúde utilizando recursos naturais além de práticas de higiene, alimentação e organização social. (Freyre, 2003; Miranda, 2017).

No entanto, esses hábitos indígenas de cuidado com a saúde não foram adotados nem pelos Jesuítas, que se estabeleceram no Brasil, nem pelo governo colonial, que introduziu o atendimento médico aos doentes por médicos da época.

Apesar da exposição dos europeus a novas populações e às conseqüentes doenças e pragas, os indígenas permitiram que os boticários (farmacêuticos) tomassem conhecimento de sua sabedoria no uso de ervas medicinais brasileiras. Essas ervas foram amplamente utilizadas até praticamente o final do reinado de Dom Pedro II, pois os medicamentos importados da Europa eram caros e de difícil obtenção.

Com a apropriação desses conhecimentos, os boticários também desenvolveram tinturas, extratos, xaropes e outros produtos que se mostraram extremamente úteis para os médicos da época, alguns dos quais continuam em uso até os dias atuais. (Freyre, 2003; Miranda, 2017).

Os problemas de higiene eram de responsabilidade das autoridades locais, portanto, as câmaras municipais se preocupavam com a sujeira das cidades, a fiscalização dos portos e da prática médica e do comércio de alimentos. (Paim, 2009).



A assistência aos pobres ficava por conta da caridade cristã. Em 1543, surgiu a primeira Santa Casa de Misericórdia, quando Brás Cubas, fundou em Santos, a Irmandade da Misericórdia e o Hospital de Todos os Santos, que realizavam a assistência aos doentes. Depois, este modelo de amparo foi replicado em Olinda, Bahia, Rio de Janeiro, Belém e São Paulo. (Paim, 2009, p. 26).

Contudo, a função destas instituições era apenas albergar os doentes, cuidar deles e quando a situação era grave, proporcionar-lhes uma morte com assistência religiosa, porque naquela época muito pouco se podia fazer, em relação ao tratamento curativo de um enfermo. (Scliar, 2002, p. 47).

No período que abrange os séculos XV e XVII, devido ao desconhecimento das causas da maioria das doenças e à escassez de médicos qualificados na Colônia, os boticários desempenharam um papel crucial no atendimento à saúde da população. Eles ofereciam tratamentos alternativos mais acessíveis e econômicos. Conforme observado por Witter (2005, p. 22), esses tratamentos eram aceitos pela população, uma vez que ainda incorporavam o uso de ervas medicinais, que estavam intimamente ligadas à cultura de pajelança e curandeirismo. Essa preferência da população pelos boticários destaca a importância desses profissionais na época, e contradiz a ideia de que o curandeirismo era apenas um "mal necessário" para preencher a lacuna deixada pela falta de médicos e medicamentos europeus.

Quanto a este aspecto que trata das práticas em saúde no Brasil, observa-se o importante estudo de Puttini (2008, p. 97) que debate sobre o risco do curandeirismo na sociedade, que no passado, representava uma ação criminosa de perigo aos serviços médicos de saúde pública, mas que hoje, certamente, o curandeirismo não é visto como uma ameaça à prática da saúde pública no Brasil, e sim como produto das relações simbólicas entre o campo médico e religioso.

Com a abertura dos portos ao comércio exterior, em 1808, as autoridades sanitárias concentraram suas atenções nas medidas higiênicas que respondessem aos interesses dos comerciantes e da agroindústria escravista exportadora, fiscalizando as boticas de bordo, as cargas trazidas e a presença de doenças contagiosas na tripulação. O medo da importação de escravos doentes que pudessem gerar uma epidemia nas cidades portuárias era outra preocupação dos comerciantes. No entanto, a criação da Inspetoria de Saúde dos Portos só seria em 1828. (Edler, 2018).

A chegada de D. João ao Brasil representou um momento de transformação significativa na história da saúde pública no país. Nesse contexto, foram tomadas medidas que visavam à implantação de serviços públicos e à promoção da educação médica, consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. A criação das primeiras escolas de medicina no Rio de Janeiro e em Salvador foi uma dessas medidas, conforme destacado por Silva (2002, p. 140). Essas escolas de medicina foram concebidas como parte integrante de um conjunto de iniciativas destinadas a fortalecer a infraestrutura pública e promover o avanço do conhecimento médico.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar desses avanços, a população em geral ainda estava subordinada a ações autoritárias e fiscalizatórias da saúde pública. Essas ações, em sua maioria, tinham como objetivo principal a higienização urbana, que frequentemente resultava na expulsão dos cidadãos mais pobres para áreas afastadas dos grandes centros urbanos. Essa abordagem, embora visasse a criar uma estética urbana elitista, revelou-se insuficiente quando o país foi assolado por grandes endemias e epidemias, como a febre amarela, a malária e outras doenças parasitárias.

Essas crises evidenciaram que a organização sanitária brasileira, caracterizada por uma centralização burocrática, não estava preparada para garantir a saúde pública da população sem discriminação. A ênfase em políticas de higienização urbana, muitas vezes autoritárias, mostrou-se inadequada para lidar com os desafios de saúde pública que surgiram com a urbanização crescente e as mudanças sociais no país. Portanto, a história da saúde pública no Brasil é marcada por essas transformações e desafios, que influenciaram o desenvolvimento das políticas de saúde ao longo dos anos.

Junto com a liberação de licenças para médicos, cirurgiões e boticários, havia para sangradores, parteiras e curandeiros. Todos que quisessem exercer alguma atividade terapêutica teriam liberdade para isso, caso conseguissem uma autorização concedida pela Fisicatura Mor<sup>5</sup>, que era o órgão do governo responsável pela regulamentação e fiscalização das práticas de cura. (Pimenta, 2003, P. 92; Torres, 2008, p. 10).

Seguindo o mesmo percurso das mudanças no campo da saúde em âmbito nacional, onde o Império, ao assumir para si a responsabilidade da saúde pública,

---

<sup>5</sup> Órgão responsável por conceder autorizações e licenças para a atuação dos terapeutas.

propunha a criação de uma Comissão Central de Saúde Pública, desmembrada em uma Junta Central de Higiene Pública, bem como das Comissões Paroquiais, no Paraná surge o cargo de Provedor de Saúde Pública.

O cargo de provedor de saúde pública, especificamente no porto de Paranaguá, desempenhou um papel de grande relevância na Província. Esses profissionais médicos eram recursos altamente atuantes na área, assumindo responsabilidades cruciais relacionadas à promoção da saúde e ao acompanhamento das questões sanitárias no porto de Paranaguá. Sua atuação era fundamental para a proteção da saúde pública nessa região específica:

Este cargo existia desde o século XVII, com o objetivo de policiamento sanitário nos principais portos do Império. Cabia ao provedor de saúde fiscalizar os navios atracados no porto, fazendo visitas de saúde no sentido de impedir o desembarque de doentes suspeitos com a finalidade de prevenir epidemias. As embarcações chegadas deveriam fornecer o *certificado ou carta de saúde*, e se obrigavam a colocar em *quarentena* os passageiros e tripulantes enfermos. As quarentenas eram cumpridas a bordo ou no lazareto da ilha das Cobras, na baía de Paranaguá. (Dalledone, 1980).

Essa estrutura organizacional da saúde pública, baseada em cargos como cirurgião-mor, físico-mor e provedor de saúde, foi abolida em 1828. A partir desse ponto, a responsabilidade pelos serviços de saúde passou a ser diretamente atribuída às municipalidades por meio de suas Câmaras Municipais. Essa mudança marcou uma transição significativa na organização da saúde pública no Brasil e no Paraná, transferindo a gestão e a responsabilidade para nível local.

Em 1832, foi promulgado o Código de Posturas do Rio de Janeiro, que estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação. No entanto, devido ao medo e à desconfiança em relação aos novos métodos de tratamento, essa medida não foi bem aceita pela população da época. Como forma de auxiliar não apenas na questão da vacinação, mas também na fiscalização de outros aspectos relacionados à saúde pública, foram criados órgãos especializados, como a Inspetoria Geral de Higiene.

A Inspetoria Geral de Higiene foi estabelecida durante o período imperial, precisamente em 1886, por meio do decreto n. 9.554 (Brasil, 1886), com o objetivo de substituir a antiga Junta Central de Higiene Pública, que havia sido criada em 1850. Essa instituição desempenhou um papel fundamental na regulação e fiscalização das questões sanitárias no Brasil. (Scliar, 2002, p. 49–52).

A Inspetoria Geral de Higiene estava dividida em setores terrestres e marítimos e contava com representantes na Corte e nas províncias. Os inspetores e

delegados de higiene desempenhavam um papel essencial nessa estrutura, trabalhando para garantir a saúde pública e implementar medidas sanitárias em todo o país.

No Paraná, a criação da Inspetoria Geral de Higiene marcou o início da representação efetiva da Secretaria da Saúde do Estado. Essa instituição tinha diversas atribuições, incluindo a organização de estatísticas demográfico-sanitárias, o aperfeiçoamento do Código Farmacêutico Brasileiro e o controle da legalidade do exercício das profissões médicas e farmacêuticas licenciadas. Além disso, era responsável por fiscalizar os estabelecimentos de saúde, como lazaretos, enfermarias, asilos e Santas Casas, incluindo as de Paranaguá e Curitiba. (Dalledone, 1980; Dolinski, 2012, p. 3; Fernandes Junior, 1987, p. 12).

Nos levantamentos já realizados, sabe-se que no Estado do Paraná, os registros de ações de saúde se dão a partir da emancipação de São Paulo, em 1853, aproximadamente 4 décadas após seus primeiros movimentos emancipatórios<sup>6</sup>.

Durante o período imperial, a preocupação com a saúde no Paraná era relativamente baixa, uma vez que fatores como o clima favorável e a dispersão da população contribuíam para a redução da propagação de doenças contagiosas.

A dificuldade ao acesso às práticas científicas de cura, contribuía para a atuação de charlatães, que era praticada geralmente com a condescendência do governo, atuação que perdurou até a virada dos séculos 19 e 20, visto que o número de profissionais da saúde era insuficiente e que durante as epidemias, tinha como recurso as caixas de botica, com medicamentos e instruções que eram distribuídas, pois o serviço médico não alcançava as classes mais pobres ou áreas remotas. (Cintra, 2011, p. 7; Dolinski, 2012, p. 2).

Consta de um relatório do então presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos (1855, p. 40), que o Paraná tinha apenas 3 médicos, José Mauricio Faivre, José Francisco Correa e Jose Candido da Silva Muricy, neste mesmo documento relatava-se também que houvera apenas um caso de febre amarela no estado, situação que se agravaria em seguida. (Roncaglio; Neuert; Martins, 2001, p. 226).

Com a dinamização da economia do Paraná a partir da atividade ervateira, e com o crescimento de sua exportação, a possibilidade de trabalho gerada pelos

---

<sup>6</sup> O primeiro pedido de independência, foi realizado em 1811 por Pedro Joaquim Correia de Sá.

engenhos de mate e da extração de madeira, fez com que a partir de 1870 houvesse um expressivo aumento populacional na capital e entorno. Porém, esse crescimento trouxe prosperidade a província e problemas relacionados a saúde pública, como deficiência no abastecimento de água, falta de rede de esgoto e condições de higiene precárias. (Bertucci, 2011, p. 1; Szesz, 1997, p. 57)

Como discutido por Swyngedouw (2001, p. 99), a urbanização e a busca pela higienização passaram a ser uma preocupação central do governo, visto que isso era essencial não apenas para a saúde pública, mas também para o controle social.

Questões como abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos, moradia, alimentação e manutenção de pântanos e cemitérios passaram a ser organizadas e dominadas pelo governo, com o objetivo de prevenir doenças, que até então eram consideradas preocupantes apenas em situações epidêmicas. Esse esforço envolveu a incorporação de conhecimentos científicos para garantir a saúde da população e o controle das condições de vida urbana.

É nesse contexto que foram repensados e organizados para Curitiba o sistema de construção de latrinas (1878), a rede de abastecimento de água potável (1880), bem como toda legislação que equacionava o problema. Esse novo quadro urbano higienizado refletiu diretamente na realidade patológica do período, apresentando maior incidência de doenças tipo europeias, como escarlatina, catarro brônquico, crupe, caxumba, rubéola, beribéri, oriundas especificamente dos contingentes populacionais imigrantes. Doenças como a febre tifoide, a disenteria e outras tenderam a diminuir sua frequência em consequência das novas medidas adotadas, em especial a construção das redes de água e esgoto. (Siqueira, 1989, p. 322–323).

Como citado por Cintra (2011, p. 5), a ausência de médicos e farmácias, fez com que o Império buscasse o combate das práticas de curandeirismo e a legalização de médicos e cirurgiões, controlando a validação de diplomas e o exercício profissional ao longo do século dezanove.

A medicina institucionalizada sempre conviveu com o **charlatanismo** praticado por curandeiros, curiosos e entendidos, livres para agir, sobretudo pela falta de médicos em várias regiões rurais. Favorecia tal situação o fato de a própria prática médica legal fundamentar-se em sangrias, purgativos, vomitórios, infusões e no conhecimento da prática popular. Só com a era microbiana foi possível de fato mudar, aprimorar e diversificar os tratamentos, que se tornaram específicos para cada moléstia.

Foi uma longa luta travada entre a medicina legal, oficializada, institucionalizada e a medicina exercida por curiosos e práticos. O conhecimento da população não se modificou embora houvesse revolução na ciência ou alterações na política da saúde. As camadas menos favorecidas da população continuavam procurando o serviço dos práticos, pois sua condição social e cultural não fora alterada. (Siqueira, 1989, p. 49).

Foi apenas no final do século XIX que as autoridades passaram a reorganizar e normatizar padrões de higiene pública e tratavam basicamente de questões como saneamento, habitação e alimentação, além dos cemitérios e sepultamentos, que eram preocupantes, visto que destes problemas sanitários surgiam a causa das doenças epidêmicas, como a varíola e febre amarela. (Dolinski, 2012, p. 4).

A partir de 1886, instalou-se uma Inspetoria Geral de Higiene no Paraná, com objetivo de fiscalizar o exercício legal da medicina e em 1892, esta Inspetoria foi regulamentada e transformada em repartição pública ligada à Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e comandada por Trajano Reis, que buscava recursos para a melhoria dos serviços, como a instalação de um laboratório de análises clínicas e aparelhagem para desinfecções, ações que ocorreram juntamente com a aprovação do Regulamento do Serviço Sanitário do Paraná. (Cintra, 2011, p. 5; Lara, 2020, p. 188; Silva, 1894, p. 12).

Com recursos limitados destinados a saúde, a estrutura do setor não conseguiu evitar o avanço de doenças comuns na época, como peste bubônica, febre tifoide e varíola, anteriores a gripe espanhola, a mais grave ocorrida no Estado.

Após alterações administrativas ocorridas por ocasião da instauração da República, a Inspetoria foi incorporada ao Instituto de Higiene e denominada então de Instituto Nacional de Higiene, que reorganizou o serviço sanitário terrestre e procurou fortalecer sua atuação nos estados. (Cabral, 2018).

A necessidade de investimento e remodelação foi apontado por diversos governadores, mas como o restante das províncias do Brasil, no Paraná o atendimento à população ainda era através de instalações de hospitais e assistência pelas Santas Casas de Misericórdia. (Camargo, 1919, p. 89; Rocha, 1921, p. 89).

Ao final do século XIX e primeiros anos do século XX, o movimento imigratório aumentado, agora com intuito de estimular a produção agrícola, trouxe muitos trabalhadores da Europa, porém a fragilidade dos imigrantes diante as doenças tropicais, fez com que o Brasil, pela primeira vez, assumisse seu primeiro investimento real na saúde e pesquisa, não por uma questão humanitária, mas sim, econômica, para pagamento de sua dívida externa recém contraída e a necessidade da manutenção da saúde desta mão de obra indispensável na produção e exportação de café. (Mera, 2017).

No Paraná, um importante marco foi a concretização do projeto elaborado pelo Médico Victor Ferreira do Amaral<sup>7</sup> e Nilo Cairo<sup>8</sup>, na criação, em 1912, da Faculdade de Medicina na Universidade do Paraná, visando a formação superior na área de saúde e a assistência a população crescente. (Cintra, 2011, p. 9).

Em 1918, a Inspetoria Geral de Higiene passou à denominação de Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Estado, sob a repercussão de campanhas desenvolvidas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas<sup>9</sup>.

## 2.1 EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Durante as décadas de 1920 e 1930, em consonância com a crescente preocupação do governo com questões sociais, a saúde pública no Paraná começou a implementar diversos projetos significativos. Isso incluiu a criação e expansão de instituições hospitalares essenciais, como a construção do Leprosário São Roque em Piraquara<sup>10</sup>, o Sanatório São Sebastião da Lapa<sup>11</sup> e o Hospital Oswaldo Cruz em Curitiba. Essas iniciativas visavam atender às demandas crescentes da população paranaense por cuidados médicos e melhorias na infraestrutura de saúde. (Fernandes Junior, 1987, p. 17).

Após o período da Primeira República, o Brasil adentrou na chamada Era Vargas. Durante esse período, houve uma mudança significativa na visão do Estado brasileiro, que passou a associar trabalho e direitos sociais de forma mais estreita. No âmbito da saúde pública, essa transformação foi especialmente marcante. Sob a liderança de Getúlio Vargas, a saúde pública ganhou destaque como um pilar fundamental de sua política social.

Nesse contexto, a especialização em saúde pública foi enfatizada, e medidas foram adotadas para reformar o ensino médico. Decretos foram promulgados para regular a organização do ensino médico na Universidade do Rio de Janeiro, e foi destacada a importância dos "cursos de especialização" em várias áreas da medicina.

---

<sup>7</sup> Juntamente com Nilo Cairo, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná em 1912, que 28 anos mais tarde se tornou a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>8</sup> Médico, engenheiro militar e professor catedrático, além de bacharel em matemática, ciências físicas, engenharia e medicina, Nilo Cairo é considerado o criador intelectual da Universidade do Paraná, atual UFPR.

<sup>9</sup> Oswaldo Cruz e Carlos Chagas foram dois médicos, pioneiros da saúde pública no Brasil, que fizeram contribuições significativas para a medicina.

<sup>10</sup> Atualmente denominado Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná.

<sup>11</sup> Atualmente denominado Hospital Regional da Lapa São Sebastião.

Especificamente, o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública foi considerado fundamental, e foi prevista a criação de uma escola dedicada à formação especializada de profissionais em saúde pública. (FIOCRUZ, 2023).

Com esta perspectiva de modernização de alguns aspectos do estado, inclusive nos serviços sanitários, foi legalmente instituída no Paraná a figura do profissional Sanitarista, marcando os primeiros passos da Saúde Pública integrada às necessidades sociais, uma vez que este profissional era o responsável pelas decisões técnico-administrativas nesse campo. No conjunto dessa estrutura também faziam parte diferentes técnicos e especialistas que cumpriram um importante papel na fiscalização e orientação dos programas de saúde instituídos no Paraná. Nesse contexto foram criados os cinco primeiros Distritos Sanitários em Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Jacarezinho e Irati.

Em 1942, segundo Fernandes Junior (1987, p. 38), todos os serviços de saúde antes ligados às Prefeituras passam a ser geridos pelo Departamento Estadual de Saúde, iniciativa centralizadora que visava possibilitar a uniformização dos serviços, ao custo de 5% do orçamento anual dos 49 municípios que compunham os distritos sanitários do Estado<sup>12</sup>. Em 1943, considerando a diretriz nacional que apontava para a necessidade de um sanitarista à frente dos Departamentos Estaduais de Saúde, é registrada pela primeira vez a preocupação com a qualificação do pessoal para atribuições advindas do processo de reestruturação da saúde pública no Paraná.

Assim, juntamente com a estruturação dos serviços sanitários, propostos com maior ênfase no primeiro governo de Moyses Lupion (1947-1951), houve a construção de casas hospitalares, postos de higiene e enfermarias em todo o estado, porém, sem equipe médica e recursos humanos capacitados em qualquer nível, e ainda, sem ações de aprimoramento na conscientização do papel social e técnico dos profissionais da rede de saúde.

Com a criação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), na década de 1950, o Curso de Saúde Pública do Instituto Oswaldo Cruz foi reformulado, buscando o aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário aos serviços de saúde pública e ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre temas de interesse médico-sanitário. Após a aprovação do regulamento da escola, agora vinculada ao Ministério da Saúde, reafirmavam-se aquelas atribuições: a organização de cursos básicos de saúde

---

<sup>12</sup> Relatório 1937-1942 Interventor Manoel Ribas (1942)



pública, de aperfeiçoamento e especialização, e a montagem de cursos para técnicos auxiliares. (Santos; Faria, 2006, p. 310).

Nesse contexto, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955), levando adiante seu projeto de integração estadual, realizou uma série de investimentos na área de educação e saúde, criando uma rede de postos de puericultura no interior para combater o alto índice de mortalidade infantil no estado. (Ramos, 2022, p. 223).

Esta reestruturação e reorganização das unidades sanitárias levou a criação de uma equipe mínima, composta por um médico, uma enfermeira visitadora e um guarda sanitário, em cada posto de higiene e, nas sedes distritais, um laboratorista<sup>13</sup>. Tais ações refletiam a compreensão de que a educação em saúde desempenhava um papel fundamental na promoção da saúde da população.

No Paraná, duas instituições desempenharam papéis cruciais na formação e qualificação em saúde: o CFRH e a ESPP. Enquanto o CFRH, tinha como missão o ensino profissionalizante em nível médio, atendendo às necessidades de formação, a ESPP foi criada para implantar e desenvolver programas, ações e serviços de saúde pública, formando profissionais especialistas. Essa separação de funções destaca como a educação em saúde é um pilar essencial para capacitar profissionais e garantir a eficácia das ações de saúde pública, melhorando assim a qualidade de vida da população. (ESPP, 2022b).

Assim, atuam oferecendo cursos em diversas vertentes - formação inicial, ensino profissionalizante, ensino superior, além de outras atividades que condizem com a manutenção das políticas de educação permanente em saúde no Paraná, tais quais: fomento à pesquisa, formação e participação em órgãos de controle social e realização de eventos político-educativos. Porém, essa realidade não foi a dominante por grande parte da história dessas instituições: de fato estas unidades foram fundadas e atuaram separadamente, direcionando suas práticas educativas para dinâmicas e públicos diversos, por muito tempo inclusive vinculadas à diferentes instituições mantenedoras. (Paraná, 2018, p. 13).

O CFRH iniciou sua história com o propósito de formar auxiliares de Enfermagem com complementação da escolaridade (muitos sequer tinham o curso primário completo, equivalente, hoje, ao nível fundamental I).

---

<sup>13</sup>. MICHAUD, 1986 apud FERNANDES JUNIOR, 1987, p.72.

Nesse período, a Secretaria de Saúde Pública recebia 20% do orçamento do estado para investimento em saúde, na construção de postos e hospitais e consequentemente na educação sanitária. (Ramos, 2022, p. 125).

Assim, o Centro Formador foi criado em 1954 com a denominação de Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha<sup>14</sup>, subordinada à Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância.

Fotografia 5 - Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha



Fonte: Acervo DPDC

Uma década depois, passa para a administração estadual, com a denominação Colégio Dr. Caetano Munhoz da Rocha, oferecendo formação supletiva de 2º grau, com suplência profissionalizante em Auxiliar e Técnico em Higiene Dental, com objetivo de ampliar a cobertura nos serviços de saúde bucal, cuja demanda aumentou com o advento das Ações Integradas de Saúde (AIS).

A ESPP, foi fundada em janeiro de 1958, já no segundo governo de Moysés Lupion, nas dependências da SESA. Em maio do mesmo ano, a Escola foi reconhecida como de utilidade pública pelo município e, em seguida, estadualizada. (Curitiba, 1958; Paraná, 1958).

---

<sup>14</sup> Fundada durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, presta homenagem a seu pai, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, médico por formação. (RAMOS, 2022, p. 82).

Sua criação justificou-se devido à grande necessidade de pessoal com formação superior e especialização para atuar na área de Saúde Pública no Estado do Paraná, que até então era treinado através de cursos esporádicos, sem um órgão que coordenasse o desenvolvimento de suas atividades e com rápidos estágios nos diversos órgãos da Secretaria da Saúde, com estrutura insatisfatória.

Outra dificuldade sentida estava no fato de que, poucas pessoas podiam deslocar-se à ENSP do Rio de Janeiro, onde o pessoal de nível superior, médio e elementar era preparado em cursos com duração que variavam de 12, 6 e 3 meses respectivamente, a fim de receber treinamento na área de saúde pública. Considere-se que, naquele cenário, a Secretaria da Saúde era consideravelmente menor e seu corpo técnico desenvolvia basicamente as atividades de Imunização, Saneamento e Assistência Materno-Infantil.

Por estes motivos, um grupo de idealistas liberados pelo médico sanitarista Dr. Salustiano Ribeiro dos Santos (formado pela ENSP), iniciou a organização de um serviço que atendesse a Secretaria da Saúde na melhoria da qualidade dos serviços de saúde pública<sup>15</sup>.

Como havia grande necessidade de pessoal especializado na área de Saúde pública, a ideia da fundação de uma escola no Paraná recebeu total apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, bem como do governo estadual, passando a ser subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública. (Rodrigues et al., 1982).

O primeiro diretor da Escola seria seu idealizador, Dr. Salustiano Santos, que logo após sua abertura se afastou por motivos de saúde, sendo substituído na função pelo Dr. Jayme Drummond de Carvalho, o qual permanecendo no cargo até o ano de 1980.

O primeiro curso de especialização em saúde pública, com duração de 1 ano, foi voltado apenas para médicos, teve início em fevereiro de 1958 e, apesar das expectativas, a procura foi baixa. Dados oficiais apontam que até o ano de 1961, apenas 23 médicos realizaram e concluíram o curso. De acordo com Lindolfo Fernandes, o motivo para esse tímido resultado foi o fato da formação ser voltada para a formação de uma elite profissional, o que não garantia ascensão profissional devido

---

<sup>15</sup> CARVALHO, 1986 apud FERNANDES JUNIOR, 1987, p.47.

a inexistência de um plano de cargos e salários na SESA e não viabilizava a manutenção destes cursos. (Fernandes Junior, 1995, p. 19).

A partir da década de 1960, sobretudo a partir de 1964, as mudanças político-institucionais e econômicas provocadas pelo golpe civil-militar, impactaram o campo médico-sanitário no Brasil e, por consequência, no Paraná. A partir de então, observa-se o favorecimento aos grupos da iniciativa privada que compreendiam a área da saúde como um mercado em expansão no Brasil. Assim, o Estado brasileiro assumiu o papel de gestor das práticas profiláticas e preventivas, reservando para a iniciativa privada as práticas curativas, vistas como as que efetivamente geravam lucro.

Nestes 20 anos iniciais de criação, a ESPP atuava em duas frentes, a de formação profissionalizante, para nível médio, ofertando cursos para o crescente número de funcionários de nível elementar e médio, sendo então formados laboratoristas, auxiliares de laboratório, inspetores e auxiliares de saneamento, agentes de saúde, educadores e guardas sanitários; e de cursos emergenciais e de aperfeiçoamento para profissionais de nível superior em áreas específicas da saúde pública, como hansenologistas, tisiologistas, epidemiologistas e especialistas em Saúde Mental. (ESPP, 2022a).

Neste período também, a ESPP deu continuidade ao seu processo de interiorização, levando a formação de pessoal para a área da saúde, até então restrita a Curitiba, para diferentes cidades e regiões do Estado.

A primeira turma do curso de Auxiliares de Saneamento realizada em Pato Branco, foi coordenado pelo inspetor de saneamento Armando Tavares e devido ao sucesso alcançado, o curso foi levado a outros distritos sanitários, como União da Vitória, Paranavaí, Cascavel, Campo Mourão, Jacarezinho, Londrina, Paranaguá e Francisco Beltrão. (Paraná, 2018, p. 35).

Fernandes Junior (1995, p. 24–28), relata que os mais bem colocados no curso de auxiliar de cada município realizaram o primeiro curso de Inspectores de Saneamento do Paraná, em Curitiba, que na ocasião formou 18 profissionais. Estes foram distribuídos pelos Distritos Sanitários, com a responsabilidade de organizar um curso de auxiliar de saneamento.

Ainda durante a década de 1970, a ESPP ofertou muitos cursos de preparação de pessoal para orientação à comunidade, com destaque aos Cursos de

Parteiras Leigas<sup>16</sup>, de Auxiliar de Higiene Escolar, e de Socorristas Rurais<sup>17</sup>, e no final da década, em convênio com a ENSP, foi realizado o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu*, de Especialização em Saúde Pública.

Aproveitando a lógica de descentralização dos serviços de saúde, a ESPP ainda em parceria com a ENSP, assumiu a responsabilidade pela formação e qualificação profissional em nível superior quando, em 1982, com a política estadual de saúde vigente, houve a necessidade de formação e titulação em Especialização em Saúde Pública para os 300 sanitaristas que assumiram a coordenação e atuação nestes serviços em todo o estado. (Paraná, 2018, p. 35-38).

No mesmo ano, destinou-se o prédio da praça Ouvidor Pardinho para as instalações da Escola de Saúde Pública do Paraná ficando o Centro de Treinamento São José dos Pinhais e o Laboratório de Pesquisas Biológicas disponibilizados para a realização de estágio prático.

Fotografia 6 – Escola de Saúde na Praça Ouvidor Pardinho



Fonte: Acervo DPDC

Em 2011, o governo estadual entendeu que, como estas unidades atuavam paralelamente com vistas aos mesmos objetivos, decidiu-se pela conveniência

---

<sup>16</sup> Tinha como objetivo, a diminuição da mortalidade infantil naquele período, decorrente dos partos domiciliares que predominavam no período.

<sup>17</sup> O curso visava a orientação e prevenção de envenenamentos e intoxicações por agrotóxicos.

administrativa e pedagógica de estruturá-las em uma só, assim, a ESPP e o CFRH passaram a trabalhar sob direção única, num mesmo espaço físico, configurando uma mesma equipe. Vinculadas à Diretoria Geral da SESA passam a articular-se mais diretamente com as superintendências, diretorias, áreas técnicas e regionais de saúde da SESA e com os municípios e controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) em busca da construção de projetos educacionais e itinerários formativos que se adequem às necessidades de saúde da população paranaense. (ESPP, 2022a).

Esse desenvolvimento na área da saúde pública e na formação e qualificação dos profissionais de saúde, tanto em nível nacional, quanto estadual, estão documentados nos livros que compõem o acervo do arquivo textual que é objeto de análise neste estudo. Através de seus registros, estes livros abordam temas como as políticas públicas de saúde, os programas e projetos de atenção à saúde, as experiências e práticas dos trabalhadores de saúde, as estratégias de educação permanente em saúde, entre outros. O objetivo deste estudo é demonstrar a importância desse acervo para a preservação da memória e da história da saúde pública e da formação e qualificação em saúde.

### CAPÍTULO 3

## ARQUIVOS DE SAÚDE

A preservação de documentos históricos na área de saúde desempenha um papel fundamental não apenas na identidade e história das instituições, mas também na promoção do conhecimento e na perpetuação de legados significativos. Manter acervos relevantes, independentemente de suas condições iniciais, é de extrema importância, uma vez que esses documentos representam testemunhos valiosos do passado.

No entanto, esta manutenção não deve se limitar à simples salvaguarda dos documentos. É crucial que as instituições encarregadas da custódia adotem uma abordagem mais abrangente, na qual a disponibilização pública desses documentos desempenha um papel central. Isso não apenas permite o acesso a informações históricas e científicas valiosas, mas também serve como uma ferramenta para despertar o interesse e envolvimento entre uma variedade de públicos, incluindo pesquisadores, estudantes, jornalistas e o público em geral. (Roncaglio; Neuert; Martins, 2001, p. 224).

Monteiro(2019) destaca a importância de refletir sobre a realidade das universidades, centros de pesquisa e instituições na área da saúde. Os estudiosos que se dedicam à história das ciências e da saúde enfrentam desafios significativos ao tentar recuperar informações dispersas nos bastidores das pesquisas. Muitos desses registros são informais e estão armazenados em meios eletrônicos, tornando a recuperação e a preservação dessas informações um desafio complexo. (Monteiro, 2019, p. 300).

Especialmente na área da saúde, é fundamental que essas instituições adotem políticas de incorporação de acervos que incluam ações de organização e disponibilização. Caso contrário, correm o risco de acumular acervos inacessíveis, o que resultaria na perda da conexão com a história e na incapacidade de promover o conhecimento na sociedade.

Observa-se, nos últimos anos, o surgimento de esforços internacionais voltados para a salvaguarda do patrimônio da saúde. Isso ocorre devido ao valor simbólico atribuído a esses acervos pelas comunidades nas quais estão inseridos. A valorização desses materiais é uma parte essencial do reconhecimento de sua relevância histórica e cultural.

Um marco importante nesse contexto foi o 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, realizado em Salvador em 2005. Neste evento, o grupo de trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde apresentou um documento, que pode ser entendido como um marco na discussão sobre história, memória e patrimônio da saúde no Brasil, que definiu o Patrimônio Cultural da Saúde como um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos. Esses bens expressam não apenas a dimensão científica e histórica da saúde, mas também a dimensão cultural, enfatizando a importância de sua preservação.

Ao trabalhar com o patrimônio cultural da saúde, define-se, em essência, um conceito amplo que nos permite rastrear as transformações pelas quais a saúde passou desde o início da colonização portuguesa. A saúde não é uma entidade estática, mas uma construção histórico-social sujeita a evoluções ao longo do tempo. Suas definições, significados culturais e arranjos políticos são variáveis e refletem as mudanças sociais e científicas. (Porto et al., 2008, p. 24–25).

A discussão sobre a memória desempenha um papel crucial neste contexto. Embora a memória inicialmente pareça ser um fenômeno individual, Maurice Halbwachs nos leva a compreendê-la como também coletiva e social. A memória é construída coletivamente e está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes. Ela é um processo social de reconstrução do passado, muitas vezes divergente da história registrada tradicionalmente. (Pollak, 1992, p. 201).

Segundo Pollak (1992) e Nora (1993), a memória está intrinsecamente ligada à identidade de grupo e ao fortalecimento dos laços de pertencimento. Os "lugares de memória" são espaços onde essa memória se cristaliza e se refugia. Não são apenas locais de organização e preservação da documentação, mas também espaços de história, onde lembranças, identidades e recordações, tanto individuais quanto coletivas, são preservadas.

A manutenção desses "lugares de memória" ao longo do tempo é essencial para evitar que os eventos e experiências caiam no esquecimento. Isso garante que essas experiências permaneçam na história e proporcionem um senso de identidade, história, cultura, pertencimento e memória individual e coletiva. (Nora, 1993, p. 21; Pollak, 1992, p. 5).

Segundo Meneses (1992), embora a memória seja frequentemente vista como um mecanismo de registro e retenção de informações do passado, é importante reconhecê-la como um processo contínuo de construção e reconstrução que está



diretamente relacionado ao presente. Ela serve como um reservatório vivo da história, repleto de documentos e monumentos que representam registros tangíveis do passado. (Meneses, 1992, p. 10).

Documentos e monumentos desempenham um papel importante na preservação da memória coletiva e na prática histórica. Jacques Le Goff argumenta que todo documento é um monumento e todo monumento é um documento que pode ser analisado pelo historiador. Assim, cabe à história estudá-los e possibilitar seu conhecimento ao longo do tempo. (Le Goff, 1990, p. 548).

Os conceitos de história, memória e patrimônio estão profundamente interligados e são indissociáveis. Através de estudos históricos, é possível criar uma consciência sobre a importância do patrimônio e, em seguida, implementar ações efetivas onde este deve ser tratado como objeto de conhecimento e deve suscitar o interesse pela sua preservação.

No contexto dos arquivos, a teoria arquivística introduz o conceito de ciclo vital dos documentos. Isso implica que, uma vez que os documentos tenham cumprido suas finalidades originais (funcionais, administrativas, legais ou de prova), parte deles deve ser preservada devido ao seu valor para pesquisa científica, social, cultural e histórica. No entanto, no contexto brasileiro, a implementação efetiva de políticas arquivísticas tem sido limitada, resultando na coleta desorganizada de documentos e na dificuldade de acesso para pesquisadores.

Para abordar esses problemas, é necessário investir na contratação de pessoal especializado para o tratamento e a disponibilização adequada desses documentos. A falta de reconhecimento da importância desses acervos documentais por parte das instituições resulta na visão equivocada de que os arquivos são depósitos de documentos sem importância. Isso pode levar à composição desordenada e fragmentada desses acervos. (Bojanoski, 2007, p. 2).

No decorrer desta pesquisa buscou-se demonstrar à administração da ESPP e FUNEAS, a necessidade de contratação de pessoal especializado para o tratamento da massa documental e sua completa disponibilização. Assim, está sendo apurada através de processo licitatório a possibilidade de contratação terceirizada de arquivista profissional para execução de projeto de arranjo e gestão documental.

A busca pela valorização da atuação profissional especializada em relação ao arquivo e a conformidade de acesso aos documentos é uma questão que se faz urgente considerando que a Política Nacional de Arquivos prevê que a documentação

produzida por órgãos públicos deve ser gerida pelos arquivos públicos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Além disso, a legislação vigente torna obrigatória a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação. É importante ressaltar que a falta de clareza e conformidade pode levar a problemas graves, como a violação de direitos e a corrupção. (Brasil, 1991, 2011).

A memória é um processo social contínuo e está intrinsecamente ligada à identidade e à história de grupos e comunidades. Portanto, o acesso a esses "lugares de memória" é essencial para manter viva nossa conexão com o passado e nossa compreensão do presente.

No entanto, é possível que haja em meio à confusão de instâncias, como museus, arquivos e bibliotecas, uma tentativa do estado de se abster de questões orçamentárias e sociais decorrentes deste acesso aos arquivos. É fundamental que haja transparência e gestão adequada dos documentos públicos, especialmente no que diz respeito à saúde pública, para garantir a proteção dos direitos dos cidadãos e a integridade do estado.

Em conclusão, a preservação de arquivos históricos na área de saúde desempenha um papel fundamental na compreensão da história, ciência e cultura. Esses documentos representam testemunhos valiosos do passado e devem ser disponibilizados ao público para promover o conhecimento e a memória coletiva.

É por meio do conhecimento e do estudo que haverá a preservação desses elementos essenciais para nossa compreensão do passado e do presente, possíveis através da ampliação de condições de acesso e recuperação da memória.

### 3.1 O CONJUNTO DE FONTES

Dada a ampla variedade e diversidade documental existente no arquivo permanente da DPDC, este estudo não abordará o acervo bibliográfico da biblioteca que atende aos alunos dos cursos da ESPP, os objetos museológicos e demais arquivos de procedência ainda desconhecida provenientes de diversas regionais de saúde do estado. Optou-se por focar exclusivamente nos livros de registros profissionais presentes no arquivo institucional, por ser uma coleção mais frágil, antiga e que mais carece de acesso e preservação.

Com base nos registros históricos disponíveis, podemos traçar uma visão da realidade social, espacial e econômica do Paraná no período abrangido, especialmente no que diz respeito à saúde e à profissão médica, farmacêutica e odontológica.

No período inicial destes registros (1874-1919) pode ser visto como o Paraná estava em desenvolvimento, com um número limitado de profissionais de saúde registrados, se limitando a médicos, dentistas, farmacêuticos e parteiras, e onde a presença de uma inspetoria de higiene mostra um esforço para garantir padrões básicos de saúde pública.

Na primeira metade do século XX (1920-1950), houve um aumento constante no número de profissionais de saúde registrados, refletindo o crescimento populacional e as necessidades de saúde em expansão.

A presença de escolas e instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), indica um investimento crescente em educação médica e farmacêutica.

Os registros de diversas profissões relacionadas à saúde, como enfermeiros, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, refletem uma abordagem mais abrangente para a prestação de cuidados de saúde.

Já na segunda metade do século XX (1951-1980), a saúde pública e a regulamentação profissional foram áreas de foco crescente, como evidenciado pelos diversos livros de registro e órgãos de fiscalização.

O aumento no número de registros de certificados e diplomas reflete a profissionalização contínua do setor de saúde no Paraná. A presença de registros específicos para diferentes profissões, como massagistas, radiologistas e técnicos de enfermagem, indica uma diversificação e especialização crescentes na força de trabalho de saúde do estado.

A diversidade de instituições de ensino superior envolvidas na formação de profissionais de saúde sugere um sistema educacional robusto e diversificado.

A existência de registros específicos para diferentes profissões, como protéticos dentários e técnicos de química, reflete a crescente especialização e complexidade do campo da saúde.

Os registros históricos sobre a regulação profissional em saúde do Paraná, desde o final do século XIX até meados do século XX, revelam um padrão de desenvolvimento que ecoa questões contemporâneas. Desde os esforços iniciais para

estabelecer padrões básicos de saúde pública até o investimento em educação, bem como a diversificação e especialização da força de trabalho em saúde, o estado testemunhou uma trajetória notável. Essa evolução reflete não apenas mudanças na prática médica e regulamentação profissional, mas também a complexidade crescente do campo da saúde.

Ao entender essa trajetória histórica, podemos informar e moldar estratégias atuais para enfrentar os desafios de saúde do Paraná, garantindo infraestrutura adequada, investimento contínuo em educação em saúde e regulamentação eficaz para profissionais, enquanto nos adaptamos às demandas de uma sociedade em constante mudança.

Lembramos que tanto o Regimento Interno da Escola de Saúde do Paraná, quanto o da biblioteca declaram que o acervo é de acesso livre a comunidade em geral, portanto os documentos demonstrados abaixo são de domínio público.

**Art. 3º** Esta biblioteca possui como objetivos:

[...]

III. Promover o uso e a instrução sistemática dos usuários em relação às fontes de informação em saúde pública, de forma que estes possam ser competentes na busca, identificação, localização, seleção e utilização de informação de acordo com suas necessidades;

[...]

V. Armazenar, tratar, conservar e divulgar a produção técnico-científico em saúde pública no Estado do Paraná;

VI. Preservar e conservar seu acervo.

**Art. 4º** É missão desta biblioteca “Prover acesso e disseminar informação sobre a saúde pública e coletiva para o público do Paraná, fazendo da biblioteca constructo estratégico para o ensino, aprendizagem, pesquisa e construção de conhecimento na área, auxiliando no desenvolvimento pleno das políticas, programas, estratégias e ações da Secretaria de Saúde do Estado, bem como armazenar a produção intelectual e a memória dos profissionais e entidades vinculados à saúde pública da região”.

[...]

**Art. 7º** São usuários da biblioteca os profissionais de saúde pública do estado, professores, pesquisadores e alunos da área, bem como a comunidade em geral.

**Art. 8º** É livre a comunidade em geral o acesso as dependências e ao acervo da biblioteca. (Paraná; Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, 2012; Paraná; Secretaria de Saúde do Estado do Paraná; Escola de Saúde Pública do Paraná, 2018)

Nosso objetivo é demonstrar as fontes documentais presentes no arquivo, facilitando o acesso desses documentos aos pesquisadores. (APÊNDICE A – SÉRIE DOCUMENTAL RELATIVA AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL)

Importante ressaltar que a intenção não é executar o trabalho de um arquivista, mas sim demonstrar a necessidade deste profissional e as possibilidades de pesquisa

que podem ser exploradas nas fontes contidas no arquivo institucional da DPDC, se devidamente tratados.

Os documentos em questão ainda não foram submetidos a processos de divulgação, catalogação completa ou tratamento arquivístico. Como parte de uma recente iniciativa de organização, atualmente está em processo a compilação de uma lista desses documentos e fornecendo descrições resumidas para cada um deles.

Estes livros foram provenientes da criação de legislação regulatória do exercício da medicina a partir de 1851, que determinou o registro de licenças, diplomas e profissões correlatas a saúde. Com a reorganização do serviço de saúde do Império em fevereiro de 1886, determinou-se:

Art. 42. Os medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, parteiras e dentistas deverão matricular-se, apresentando os respectivos titulos ou licenças na Inspectoria Geral de Hygiene na Côrte e nas inspectorias provinciaes nas Provincias, afim de serem registrados. O registro se fará em livro especial e consistirá na transcripção do titulo ou licença, com as respectivas apostillas. Feito o registro, o Inspector de hygiene lançará no verso do titulo ou licença o - Visto -, indicará a folha do livro em que a transcripção tiver sido effectuada, datará e assignará. (Brasil, 1886, p. 57).

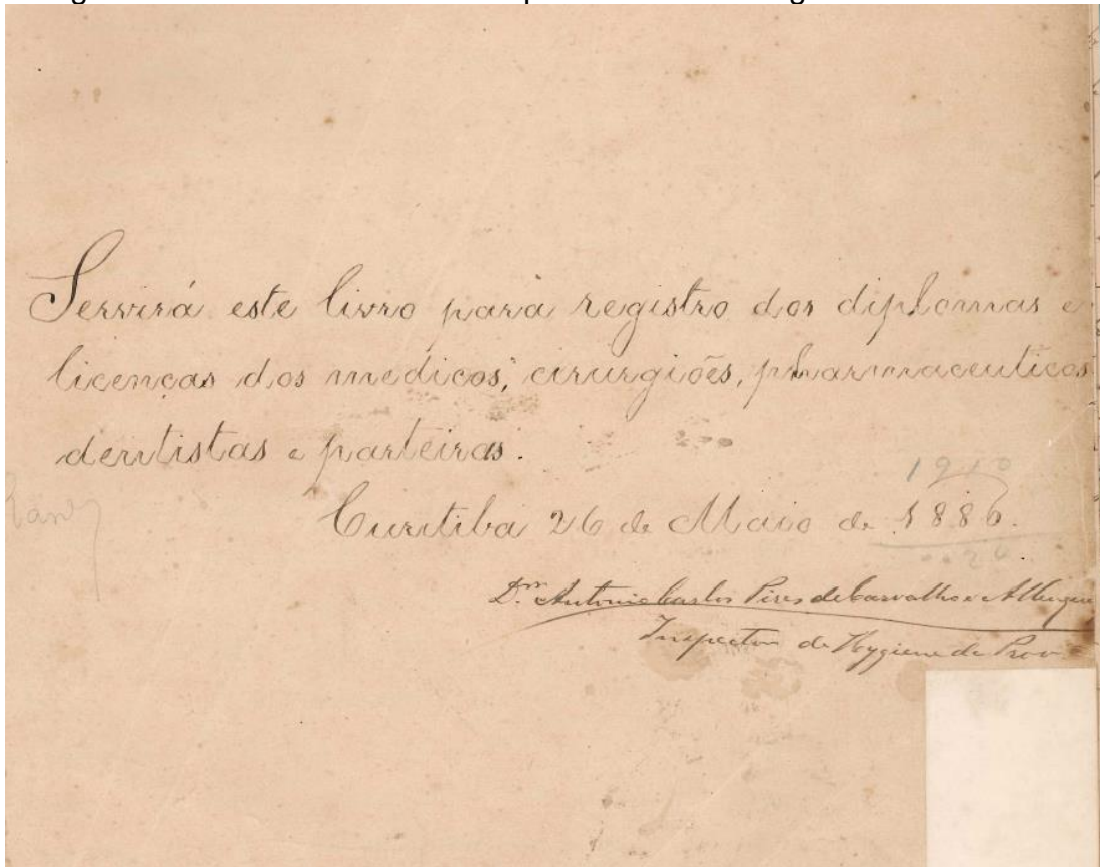
Nos anos finais do Império, a fiscalização do exercício profissional de médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras, no Brasil, estava a cargo da Inspetoria Geral de Higiene, que tinha representantes nas províncias.

Fotografia 7– Capa do primeiro livro de registros



Fonte: **Livro 3**. Inspectoria de Hygiene da Província. Registro Médicos Cirúrgicos (1886)

Fotografia 8 - Termo de abertura do primeiro livro de registros



Fonte: **Livro 3**. Inspectoria de Hygiene da Província. Registro Médicos Cirúrgicos (1886)

Cumpria-se assim, a função destes registros iniciados em 26 de maio de 1886, na província do Paraná em livro assinado por Dr. Antônio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, o primeiro Inspetor de Higiene do Paraná. (Saúde Publica, 1886).

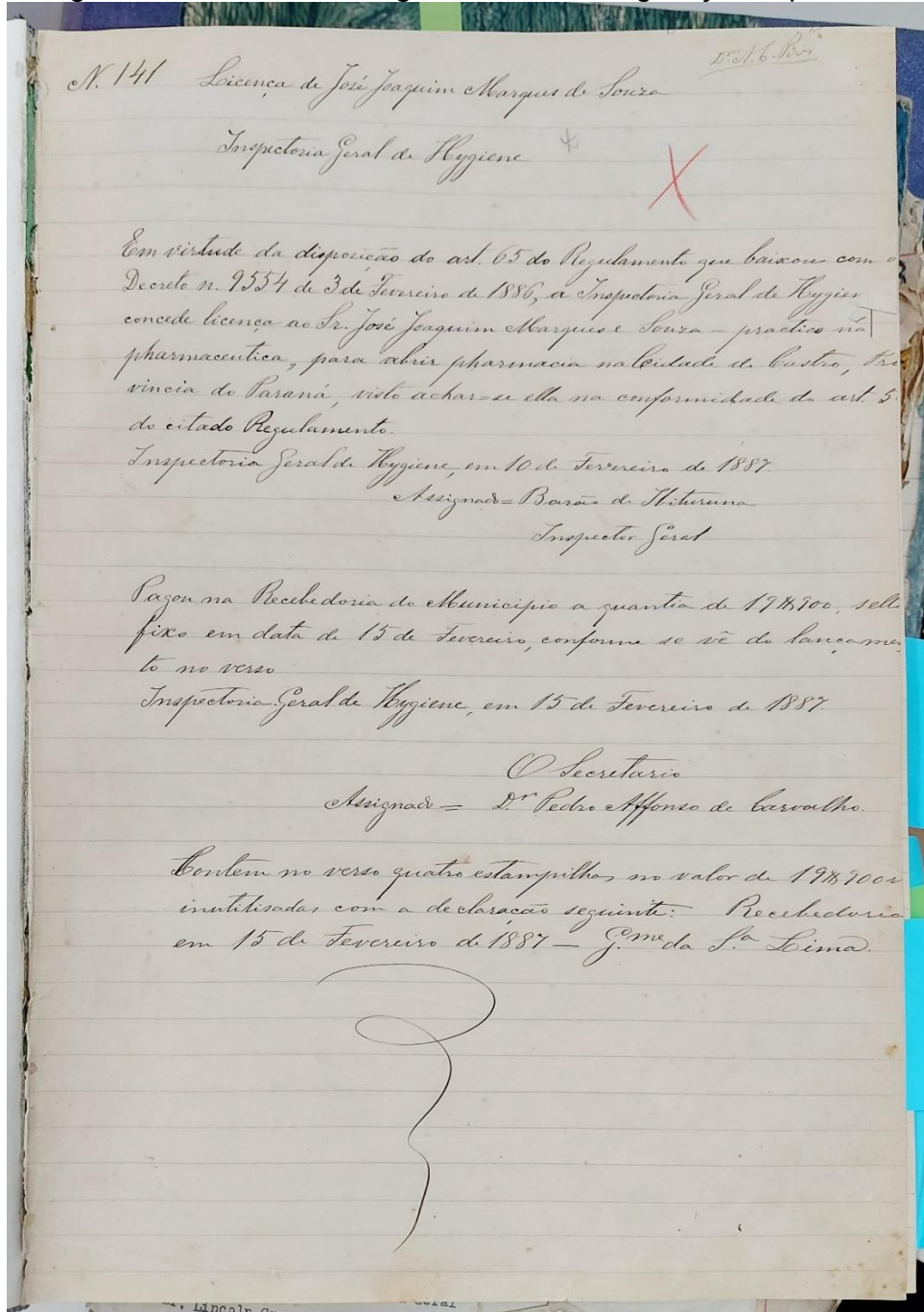
A série documental de registros manuscritos presentes na DPDC é composta por 80 livros encadernados, caracterizados por suas capas duras com reforço de lombada em tecido com média de 250 folhas e dimensões variadas que vão de 31 a 53 centímetros. De maneira geral, os livros estão bem conservados, íntegros quanto aos registros, sendo que apenas 2 volumes estão com folhas soltas ou desordenadas, que por serem índices alfabéticos, devido à natureza de seu conteúdo, foram mais frequentemente manuseados, o que, por sua vez, provavelmente contribuiu para uma maior degradação das folhas ao longo do tempo.



Destes, 59 livros se referem aos registros de diplomas e certificados, 8 para registros de entidades hospitalares (hospitais, maternidades, clínicas), 4 livros da Comissão de fiscalização de entorpecentes, e outros 15 de assuntos diversos, como transmissão de cargos ou entrega de material hospitalar.

Em relação à sua origem, esta série de documentos mantida na DPDC tem sua procedência na Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional, que estava sob a alçada da Inspetoria de Higiene da Província em 1886.

Fotografia 10 - Modelo de registro citando a legislação imperial



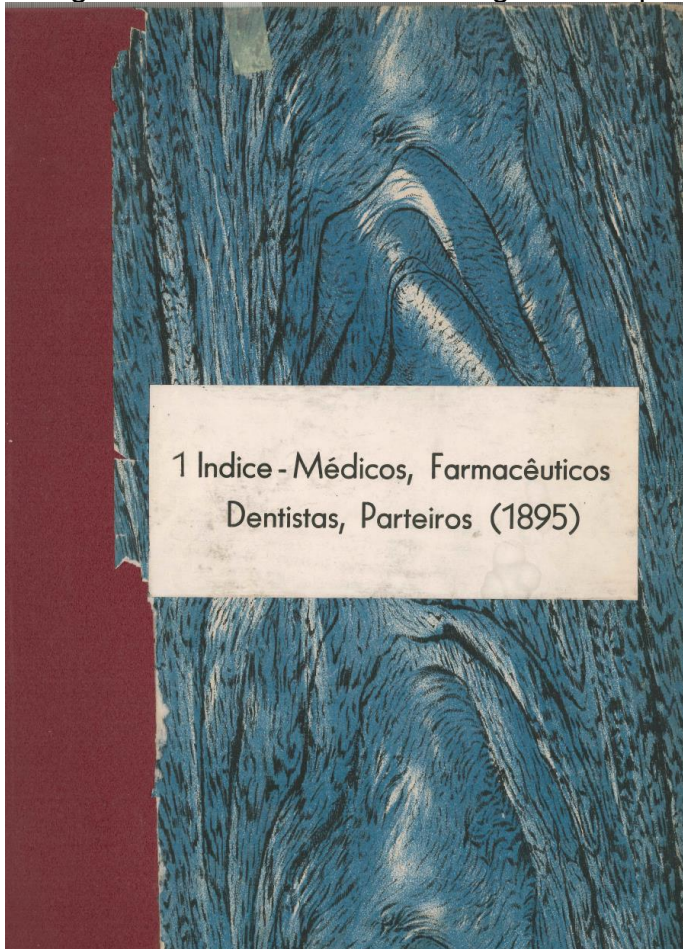
Fonte: Livro 3. Inspetoria de Higiene da Província. Registro Médicos Cirúrgicos (1886)



Posteriormente, essa série também inclui registros da Diretoria de Serviço Sanitário, que operou de 1903 a 1931, da Diretoria Geral de Saúde Pública, que abrangeu o período de 1931 a 1946, e do Departamento de Saúde, que foi ativo de 1949 a 1979. Além disso, documentos relacionados a esta série também são provenientes da Coordenadoria de Atenção Médica Integral, que fazia parte da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social de 1974 a 1987, anterior à criação da atual Secretaria de Estado da Saúde.

Ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1950, foram sendo aprovadas diversas leis federais que deram origem ao atual modelo de regulação de profissões de saúde no Brasil, e a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a regulação das profissões de saúde é determinada, preliminarmente, pelas leis que as regulamentam e criam seus conselhos profissionais correspondentes que possuem competências normativo-regulatórias sobre suas respectivas profissões. (Aith et al., 2018).

Fotografia 11 – Livro Índice dos registros de profissões correlatas a medicina



Fonte: **Livro 4.** Diretoria Geral de Saúde do Paraná. Índice Médicos, Farmacêuticos, Dentistas, Parteiros (1895)

Fotografia 12 - Índice dos registros de profissões correlatas a medicina

Militar Pujol, Pharm, Lic <sup>o</sup> , L. 1. Fls 48v. (R. em 30/7/96) 69v. +
Abinecia Giuliani Emiddio, Medico, L. 1. fl. 72. (R. 14/3/903) ✓
Miguel Severo de Santiago, - L. 1. " 88v. (R. 12/5/906) +
Miguel do Monizes de Macedo Ph. D. Lic/Fls 112 (19/9/11)
Milda Patischer Kugler, Part. Dip <sup>o</sup> L. 1. Fls 126 (R. 2/2/912)
Moyres Camargo, Dent. Dip <sup>o</sup> L. 1. Fls 127 (R. 2/2/912)
Mario Gomes, Medico. L. 1. " 135v. (R. 28/4/913) ✓
Miguel Antonovets, <del>Podhomolety</del> Medico L. 1. Fls 158. (R. 17/8/915) <del>Ch. em 1/1/1917</del>
Maria Schella. Part. Prat. L. 1. Fls 163 (R. 6/6/916)
Miguel José Saacson. Medico. L. 1. " 168. (R. 17/11/916) ✓
Mironslaw S. Szeligowski. Medico. L. 1. Fls 181v. (R. 14/11/917) ✓
Mario B. Alhejo de Carvalho. Phar. Dip L. 1. " 182v. (R. 26/11/918) *
Maria das Dores Passerino. <sup>maximo Joas de Foz</sup> Part. Dip. L. 2. " 17v. (R. 11/2/919)
Michetti Carolina de Uringi Part. Dipl. L. 2. " V (R. 15/5/919)
Marietta Burlamaqui " Part. L. 2. Fls 60. (R. 5/1/920)
Maria das Dores Passerino Dent. Dip. L. 2. " 7v. (R. 14/1/920)
Maria Godozo dos Santos Part. Prat. " " 10v. (R. 28/2/920)
Miguel Spunho Ferreira <sup>medico</sup> Dentula Practico. L. 2. Fls 27. (R. 4-3-920)
Maria Margareten. Dentula Practico. L. 2. Fls 27. (R. 24/11/920)
Maria Falce. Medica. L. 2. Fls 36v. (R. 5/2/921)
Maria Rosa Cardeiro. Part. Pratica L. 2. " 37v. (R. 14/2/921)
Mario Ferreira Portugal. Phar. Prat. L. 2. " 51v. (R. 19/10/921)
Marcellina Gallinati Vild. Part. Dip. L. 2. " 58. (R. 4/3/922)
Mario Camargo Ribas. Dentista Dip. L. 2. " 64. (R. 4/11/922)
Marc Koring. Phar. Prat. L. 2. " 84. (R. 9/1/924)
Marc Dummerthal " " " " 102v. (R. 21-3-925)
Maria Ruzatto, Parteira Pratica, L. 2. fls 109. Em 24/11/925.
Maria Balbina Pereira, Parteira Pratica, L. 2. fls 109. Em 24/11/925
Irma Maria Paulina. Pharm. Prat. L. 2. fls 110. Em 12/12/925. *
Monica Szepinska. Part. Prat. L. 2. fls 112v. (30-1-926)
Maria Leopoldo de Araujo Ribeiro Pharm. L. 2. fls 118. 23/7/26 *
Marciana Barros Cardeiros. Parteira Pratica L. 2. fls. 123. (27-1-27)
Maria das Dores Passerino Pharm. Prat. L. 2. fls 120v. (11-10-26)

Fonte: Livro 2. Divisão da Fiscalização do Exercício Profissional. Índice de Médicos. (1877)

Assim, os livros de registros de diplomas manuscritos foram produzidos até 1982, quando a maioria da fiscalização foi transferida para os conselhos e o avanço da tecnologia implementou novas formas de registro e de sua impressão. Neste mesmo período estes livros foram separados para descarte pela divisão de fiscalização, mas recuperados pela bibliotecária responsável, vindo a fazer parte do acervo da escola.

### 3.1.1 Análise inicial dos registros

Quanto ao conteúdo, os livros iniciaram com o registro de médicos, cirurgiões, farmacêuticos, dentistas e parteiras, onde constam a transcrição detalhada de seus diplomas e certificados. Nomes de profissionais que contribuíram significativamente para a história da saúde paranaense, como Victor Ferreira do Amaral, Augusto Stellfeld<sup>18</sup>, Trajano Reis<sup>19</sup>, Nilo Cairo, e Maria Falce<sup>20</sup> constam neste conjunto documental.

A partir do ano de 1932, a abrangência desses registros foi ampliada para incluir médicos veterinários, refletindo as transformações e diversificações das profissões ligadas à saúde e, em 1934, se estendeu ainda mais com a inclusão de enfermeiras obstétricas, seguidas posteriormente por protéticos e sanitaristas. Essa expansão no registro de diferentes profissões de saúde reflete as mudanças e desenvolvimentos no campo da saúde ao longo do tempo.

---

<sup>18</sup> Fundou em 1857 a Farmácia Stellfeld, que é considerada a primeira da história de Curitiba.

<sup>19</sup> Atuou como médico, vereador e inspetor geral de higiene, ficou conhecido como “médico dos pobres”.

<sup>20</sup> Primeira mulher a se formar em medicina pela Universidade do Paraná.

Fotografia 13 - Primeiro registro de parteira

Directoria do Servico Sanitario do Paraná  
 Curitiba, 28 de Março de 1901

X Registro do diploma da parteira  
 Elisa Ellwanger.  
 Königl. Landes-Hebammen-Schule. Nachdem  
 die Elise Ellwanger von Stuttgart er einem vollstän-  
 digen Unterricht in der Hebammenkunst an der Lehr-  
 Anstalt zu Stuttgart erhalten und bei der am 25  
 Juli 1884 erstandenen Prüfung in der Lehre von dem  
 Bau und den Verriehlungen der betreffenden Teile  
 des menschlichen Körpers: gute a Kenntnisse gezeigt;  
 in der Lehre von dem regelmässigen Verlauf der Schwang-  
 erschaft, Geburt und des Wochenbettes: gute a He-  
 mtnisse gezeigt; in der Lehre von den in der Schwang-  
 erschaft, bei der Geburt, im Wochenbett und bei  
 Neugeborenen vorkommenden Abweichungen und  
 Zufällen: gute a Kenntnisse gezeigt; und sich darüber  
 ausgesprochen hat, dass sie in der geburtskünstlichen  
 Untersuchung: gute a Fertigkeit und Geschick; in  
 der Hilfeleistung bei Schwangeren und Gebärenden:  
 gute a Fertigkeit und Geschick; in der Besorgung  
 von Wöchnerinnen und Neugeborenen; gute a Fer-  
 tigkeit und Geschick sich erworben habe; auch  
 dieselbe über die Pflichten und das Verhalten der  
 Hebammen in ihrem Dienste gehörig belehrt  
 worden ist; so wird derselben beehrt das Attest II  
 Classe erteilt und sie zur Ausübung der Hebam-  
 menkunst in ihrem ganzen Umfang ermächtigt,  
 und ihr die Erlaubnis erteilt, auf ärztlich  
 Verordnung beim weiblichen Geschlecht zu schöpfen.  
 Dasselbe hat den Preis bestehend in einer vollständigen  
 Ausrüstung, erhalten. Ausführung: gut Fleiss: gut  
 Stuttgart, den 26 Juli 1884. Mitglied des Medicinal  
 Collegiums: Obermedicinalrath Haupt-Lehrer a

Fonte: Livro 3. Inspectoria de Hygiene da Província. Registro Médicos Cirúrgicos (1886)

Estes registros não se limitam apenas à transcrição dos diplomas dos profissionais da saúde. Eles também contêm informações detalhadas sobre os

indivíduos registrados, o que inclui dados como filiação, idade, local de nascimento, estado civil e, alterações de nome, principalmente para as mulheres.

Permitem a análise do desenvolvimento da saúde, das profissões médicas, da identificação de padrões de imigração de profissionais da saúde, bem como examinar a crescente participação das mulheres nesse campo e até mesmo da questão racial, visto que por volta dos anos 1940 os registros começaram a distinguir os profissionais pela sua cor de pele, prática mantida até 1977. É interessante notar que essa distinção racial nos registros não existia nas décadas anteriores.

#### Fotografia 14 - Descrição da cor da pele preta

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1958.

**REGISTRO DO CERTIFICADO DE** *Visitador Sanitário*

De *Cauro Gonçalves dos Santos* Natural de *Antônio - Bahia*

Aos *17* dias do mês de *Maio* do ano de mil novecentos e cinquenta e *oito*, tendo em vista o certificado apresentado e despachado favorável no requerimento de *Cauro Gonçalves dos Santos*, fica registrado neste livro, que é o próprio, o certificado de *Visitador Sanitário*, de *Cauro Gonçalves dos Santos*, nascido a *30* de *Março* de *1921*, de estado civil *solteiro*, de cor *preta*, filho de *Manoel Gonçalves dos Santos* e de *Antônia G. dos Santos*, cujo certificado foi expedido pelo *Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde do Paraná*, em *6* de *maio* de *1958*, e registrado no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde em \_\_\_\_\_ de *19* \_\_\_\_\_, às folhas \_\_\_\_\_ do livro n.º \_\_\_\_\_, conforme carimbo autenticador, existente com assinatura de \_\_\_\_\_, Pagou a taxa do selo de verba na repartição Estadual competente em *17* de *Maio* de *1958*, conforme guia número *466.075*. E por ficar satisfeita a legislação em vigor Federal e Estadual, eu *Olga de Paula Lima*, da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, lavrei o presente registro ficando autenticado no certificado por carimbo e firma do Diretor da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional Sr. Dr. *Eduardo Haj Muzzi* em \_\_\_\_\_ de *1958*.

Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional em \_\_\_\_\_ de 1958.

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em \_\_\_\_\_ de *maio* de *1958*.

*Cauro Gonçalves dos Santos*

Fonte: Livro 23. Secretaria de Saúde Pública. Departamento de Saúde. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional. Livro 2M Médicos (1955)

#### Fotografia 15- Descrição da cor da pele amarela

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em *10* de *maio* de *1958*.

**REGISTRO DO CERTIFICADO DE** *PROTÉTICO*

De *TAKAJI HATTORI* Natural de *Nagasaki-Ken - Japão*

Aos *nove* dias do mês de *maio* do ano de mil novecentos e cinquenta e *oito*, tendo em vista o certificado apresentado e despachado favorável no requerimento de *Takaji Hattori*, fica registrado neste livro, que é o próprio, o certificado de *Protético*, de *Takaji Hattori*, nascido a *26* de *maio* de *1925*, de estado civil *casado*, de cor *amarela*, filho de *Rinichi Hattori* e de *Sami Hattori*, cujo certificado foi expedido pelo *Departamento de Saúde da Secretaria de S. do Paraná* em *28* de *março* de *1958*, e registrado no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de *19* \_\_\_\_\_, às folhas \_\_\_\_\_ do livro n.º \_\_\_\_\_, conforme carimbo autenticador, existente com assinatura de \_\_\_\_\_, Pagou a taxa do selo de verba na repartição Estadual competente em *9* de *maio* de *1958*, conforme guia número *465.499*. E por ficar satisfeita a legislação em vigor Federal e Estadual, eu *Luís Maria de Oliveira Lima*, da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, lavrei o presente registro ficando autenticado no certificado por carimbo e firma do Diretor da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional Sr. Dr. *Eduardo Haj Muzzi* em \_\_\_\_\_ de *1958*.

Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional em \_\_\_\_\_ de 1958.

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de *1958*.

*Takaji Hattori*

Fonte: Livro 23. Secretaria de Saúde Pública. Departamento de Saúde. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional. Livro 2M Médicos (1955)

## Fotografia 16 - Descrição da cor da pele branca, parda e morena

133

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

**REGISTRO DO CERTIFICADO DE Prática de Farmácia**

De Aparecida Lemos Goulart Natural de Mina Gerais

Aos 27 dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, tendo em vista o certificado apresentado e despachado favorável no requerimento de Aparecida Lemos Goulart, fica registrado neste livro, que é o próprio, o certificado de Prática de Farmácia, de Aparecida Lemos Goulart, nascido a 25 de Outubro de 1922, de estado civil viúva, de cor Branca, filho de Manoel Abraão Lemos e de dna. Maria José Lemos, cujo certificado foi expedido pelo Dep. S.P. - Div. Fisc. Exerc. Profissio- NAL em 27 de Abril de 1960, e registrado no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde em — de — de 19 —, às folhas — do livro n.º —, conforme carimbo autenticador, existente com assinatura de —, pagou a taxa do selo de verba na repartição Estadual competente em 27 de Abril de 1960, conforme guia n.º seis e sessenta e cinco. E por ficar satisfeita a legislação em vigor Federal e Estadual, eu Arvaldo dos Santos Diniz, da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, lavrei o presente registro, ficando autenticado no certificado por carimbo e firma do Diretor da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, Sr. Dr. Eduardo Haj Muzzi

Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional em 27 de Abril de 1960

Arvaldo dos Santos Diniz

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em 28 de Abril de 1960

Aparecida Lemos Goulart

**REGISTRO DO CERTIFICADO DE Prática de Farmácia**

De Aurelio Gomes Cerqueira Natural de Fernandopolis

Aos 27 dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, tendo em vista o certificado apresentado e despachado favorável no requerimento de Aurelio Gomes Cerqueira, fica registrado neste livro, que é o próprio, o certificado de Prática de Farmácia, de Aurelio Gomes Cerqueira, nascido a 13 de Julho de 1922, de estado civil Solt, de cor parda, filho de Melchisedes Gomes Cerqueira e de dna. Maria da Conceição Gomes Cerqueira, cujo certificado foi expedido pelo Dep. S.P. - Div. Fisc. Exerc. Prof. em 27 de Abril de 1960, e registrado no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde em 27 de Abril de 1960, às folhas — do livro n.º —, conforme carimbo autenticador, existente com assinatura de —. Pagou a taxa do selo de verba na repartição Estadual competente em 27 de Abril de 1960, conforme guia n.º —. E por ficar satisfeita a legislação em vigor Federal e Estadual, eu Arvaldo dos Santos Diniz, da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, lavrei o presente registro, ficando autenticado no certificado por carimbo e firma do Diretor da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, Sr. Dr. Eduardo Haj Muzzi

Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional em 27 de Abril de 1960

Arvaldo dos Santos Diniz

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em 27 de Abril de 1960

Aurelio Gomes Cerqueira

**REGISTRO DO CERTIFICADO DE Prática de Farmácia**

De Benedito de Oliveira Bueno Natural de São Paulo

Aos 28 dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, tendo em vista o certificado apresentado e despachado favorável no requerimento de Benedito de Oliveira Bueno, fica registrado neste livro, que é o próprio, o certificado de Prática de Farmácia, de Benedito de Oliveira Bueno, nascido a 11 de Outubro de 1926, de estado civil casado, de cor morena, filho de Benedito Domingues Bueno e de dna. Estelina de Oliveira Bueno, cujo certificado foi expedido pelo Dep. S.P. Div. Fisc. Exerc. Profissio- Profissional, em 27 de Abril de 1960, e registrado no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina do Departamento Nacional de Saúde em — de — de 19 —, às folhas — do livro n.º —, conforme carimbo autenticador, existente com assinatura de —. Pagou a taxa do selo de verba na repartição Estadual competente em 27 de abril de 1960, conforme guia número dois e sessenta e cinco. E por ficar satisfeita a legislação em vigor Federal e Estadual, eu Arvaldo dos Santos Diniz, da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, lavrei o presente registro ficando autenticado no certificado por carimbo e firma do Diretor da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional Sr. Dr. Eduardo Haj Muzzi

Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional em 27 de 11 abril de 1960

Arvaldo dos Santos Diniz

Declaro que recebi por devolução o certificado acima em 28 de abril de 1960

Benedito de Oliveira Bueno

Fonte: Livro 25. Secretaria de Saúde Pública. Departamento de Saúde. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional. Livro 1 – CM Correlatos a Medicina (1958)

Esse período de coleta de dados raciais coincide com uma época em que questões de igualdade racial e justiça social começaram a receber mais atenção e discussão. Além disso, o surgimento dos primeiros registros de desquitados nesse contexto marca uma mudança na maneira como as informações pessoais eram registradas e reflete as transformações sociais e legais da época.

No que diz respeito às instituições de ensino, é notável o desenvolvimento histórico que pode ser traçado através dos registros que refletem o desenvolvimento do sistema educacional ao longo do tempo, proporcionando um valioso panorama das mudanças ocorridas nas instituições de ensino e nas opções de formação disponíveis.

Inicialmente, os registros de diplomas se concentravam principalmente nas escolas de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, destacando-se como os principais centros de formação profissional na área da saúde até a década de 1920. Essas instituições eram as principais referências para a obtenção de diplomas médicos, cirúrgicos, farmacêuticos, odontológicos e de parteiras.

No entanto, a partir da fundação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em um marco histórico que influenciou significativamente a educação em saúde na região, os registros passaram a abranger um leque mais amplo de cursos. Surgiram novas opções de formação, como Química, Farmácia e Odontologia, entre outros, que refletiram a expansão e diversificação do ensino superior em saúde.

O período a partir de 1960 marcou outra fase de expansão educacional, com o surgimento de registros que incluíam cursos técnicos e superiores oferecidos pelo CFRH e pela ESPP, em conjunto com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Essa diversificação de cursos e instituições refletiu as mudanças na demanda por profissionais de saúde em diferentes áreas e níveis de formação.

A década de 1980 trouxe um novo capítulo na história desses registros, com a inclusão de cursos oferecidos por outras instituições de ensino, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Universidade Evangélica, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Esse aumento na diversidade de instituições e cursos de saúde captura a expansão e a descentralização do ensino superior nessa área.

Quadro 17 - Registros e diversificação de cursos por período

Período	Registros	Profissões			
1886 a 1920	498	Prático de Farmácia	Dentistas	Parteiras	Cirurgiões
			Médicos	Farmacêuticos	
1921 a 1930	400	Cirurgião dentista	Parteira prática	Médico	Farmacêutico
1931 a 1940	2002	Cirurgião dentista	Enfermeira obstétrica	Médico veterinário	Oficial de farmácia
		Farmacêuticos	Enfermeiros	Dentistas	Médico
1941 a 1950	4027	Cirurgião dentista	Escrevente Microscopista	Médico sanitarista	Prático de Enfermagem
		Enfermeira obstétrica	Farmacêutico	Oficial de farmácia	Veterinário
		Enfermeiro do exército	Visitadora sanitária	Óticos práticos	Medicina Psicossomática
		Dentistas	Protético	Parteira prática	Massagista
		Médico	Parteira		
1951 a 1960	3021	Auxiliar de enfermagem	Farmacêutico químico	Oficial de farmácia	Cirurgiões-Dentistas
		Bioquímico	Guarda sanitário	Ótico Prático	Puericultura
		Protético	Hipnose	Parteira prática	Sanitarista
		Engenheiro químico	Químico industrial	Prático de enfermagem	Visitadora sanitária
		Farmacêutico	Massagista	Laboratorista	Tisiologia
		Práticos de farmácia	Médico	Veterinário	
1961 a 1970	6068	Auxiliar de Enfermagem	Farmacêutico Bioquímico	Oficial De Farmácia	Prático de Enfermagem
		Cirurgião Dentista	Farmacêutico Químico	Protético Dentário	Prático de Farmácia
		Dentista Prático	Laboratorista	Médico	Farmacêutico
		Educador Sanitário	Laboratorista Ind.Farmacêutica	Operadores De Raio-X	Radiologia Dentária
		Radioterapia	Massagista	Parteira Prática	
1971 a 1980	7849	Assistente social	Farmacêutico	Massagista	Relojoarias
		Auxiliar de enfermagem	Farmacêutico bioquímico	Médico veterinário	Técnico de enfermagem
		Cirurgião dentista	Farmacêutico industrial	Médico do trabalho	Técnico em ótica
		Educador Sanitário	Terapeuta ocupacional	Ótico prático	Técnico em química
		Enfermeira	Óticas	Psicólogo	Fisioterapeuta
		Médico			
1981 a 1982	2000	Farmacêuticos	Médicos	Cirurgião dentista	Farmacêuticos bioquímicos

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Enfim, é inegável que os aproximadamente 26 mil registros contidos nestes livros representam fontes de pesquisa de inestimável valor. Eles oferecem não apenas informações qualitativas sobre os indivíduos registrados, suas origens e formação, mas também dados quantitativos que abrangem a educação em saúde em uma variedade de categorias profissionais. As informações exemplificadas anteriormente são apenas uma pequena amostra dos dados que esses registros podem fornecer.



Essa riqueza de informações não apenas lança luz sobre a vida e a trajetória educacional e profissional das pessoas registradas, mas também pode ser explorada em pesquisas mais amplas, abrangendo diversas áreas da história local e regional. Pesquisadores têm a oportunidade de investigar questões relativas as transformações e nuances da educação em saúde ao longo do tempo, bem como as mudanças nas práticas médicas e nas profissões de saúde. Além disso, esses registros podem contribuir para uma compreensão mais profunda de questões sociais, demográficas e culturais que moldaram a história da saúde em uma determinada região.

Portanto, esses livros representam uma fonte rica e multifacetada de informações que podem enriquecer uma variedade de linhas de pesquisa histórica e contribuir significativamente para a construção do conhecimento sobre a história local e regional em contextos diversos. Seja explorando questões de educação em saúde, traçando trajetórias individuais ou examinando tendências ao longo do tempo, esses registros têm o potencial de enriquecer nossa compreensão da história da saúde e das profissões médicas.

Os registros presentes nestes livros de matrículas, originalmente concebidos para servirem a fins administrativos e burocráticos da instituição, agora revelam-se como preciosos documentos históricos. Ainda que sua principal finalidade fosse a de auxiliar na gestão interna da instituição, eles desempenham um papel fundamental na construção da história da própria instituição, bem como na narrativa mais ampla da evolução da saúde e da educação em saúde.

Conforme apontado por Bellotto (2004, p. 26) é importante reconhecer que a história não é construída apenas a partir de eventos e figuras históricas proeminentes, mas também a partir de documentos e registros cotidianos. Esses registros cotidianos, como os livros de matrículas, oferecem uma visão valiosa, embora inicialmente fragmentada e administrativa, da sociedade em que foram criados. Eles documentam não apenas a rotina da instituição, mas também aspectos relevantes da vida das pessoas que passaram por ela.

Portanto, os registros contidos nestes livros de matrículas desempenham um papel duplo na pesquisa histórica. Por um lado, eles fornecem dados essenciais sobre o funcionamento interno da instituição ao longo do tempo, permitindo uma análise da sua evolução administrativa e estrutural. Por outro lado, eles servem como janelas para o passado, oferecendo informações sobre as trajetórias individuais daqueles que

passaram por essa instituição, suas origens, sua formação e sua contribuição para a área da saúde.

A única coleção documental similar conhecida é a de São Paulo, que abrange o período de 86 anos de registros (1892 a 1978). A coleção paranaense, apesar de menor número de livros cobre um período de 96 anos (1886 a 1982), tornando a série de importância ímpar e urgente sua divulgação devido a diversidade e volume de dados compilados nos registros, nas diferentes categorias da Saúde. (Mott et al., 2008).

Assim, esses registros, originalmente destinados a fins práticos e administrativos, desempenham agora um importante papel no conhecimento e preservação e interpretação da história local, da saúde e da educação em saúde. Eles exemplificam como até mesmo os documentos mais mundanos podem enriquecer nossa compreensão do passado e lançar luz sobre aspectos muitas vezes negligenciados da sociedade e da instituição em questão.

Este instrumento de pesquisa tem propósito relevante, pois visa a revelação da história e memória da instituição ao longo de um extenso período que abrange desde 1886 até 1982. Mais do que isso, busca disponibilizar essas fontes históricas originais para que sejam utilizadas em futuras pesquisas científicas nos campos da História, Saúde e Educação. Destaca-se que essa iniciativa desempenha um papel fundamental na valorização do patrimônio histórico da instituição, abrindo caminho para aprofundar o conhecimento sobre seu passado e suas contribuições para a sociedade.

Ao disponibilizar essas fontes para novas pesquisas científicas, abrem-se portas para uma série de investigações que podem enriquecer nosso entendimento sobre diversos aspectos da sociedade e da história local. Os registros contidos nos livros de matrículas podem fornecer informações sobre a formação e trajetórias individuais de profissionais da saúde, permitindo uma análise detalhada da educação em saúde e da contribuição desses profissionais para a comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, deparamo-nos com diversos projetos relevantes na preservação da memória da saúde no estado. Entre eles, destacam-se a Casa da Memória da Saúde Pública na década de 1990, coordenada pelo Dr. Lindolfo Ribeiro Fernandes Junior<sup>21</sup>; a criação da Rede Paranaense de Preservação da Memória da Saúde Pública em 2017; o arrolamento do acervo documental sob custódia do Arquivo Público do Paraná, referente ao período de 1951 a 1989, em 2018; e a inauguração em 2022 do Museu São Roque, localizado no atual Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná. (Conass, 2017; Paraná; DEAP, 2018; Paraná; Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, 2022).

Estes projetos pontuais representam um esforço significativo na preservação da memória da saúde no estado, servindo como ferramentas na pesquisa documental histórica.

É incontestável que a memória, enquanto um processo social contínuo, desempenha um papel crucial na preservação da identidade e história de grupos e comunidades, portanto, acessar esses "lugares de memória," como arquivos e bibliotecas, é essencial para manter viva nossa conexão com o passado e compreender o presente.

A preservação e divulgação da documentação apresentada não se restringem apenas a manter o passado intacto, mas também têm o propósito de estimular a pesquisa e a análise crítica, contribuindo para um entendimento mais profundo da história local, da saúde e da educação em saúde. Portanto, essa iniciativa não é meramente um ato de preservação, mas também representa um fortalecimento da memória da instituição e da sociedade em geral. O acesso a essas fontes documentais possibilita novas perspectivas de investigação e descoberta, tornando-se uma ferramenta valiosa para aqueles que buscam desvendar a riqueza do passado por meio de registros aparentemente simples do cotidiano.

Os desenvolvimentos na área da saúde pública e na educação, registrados nos livros que compõem parte do acervo, demonstram a capacidade de abordar temas como políticas públicas de saúde, programas e projetos de atenção à saúde,

---

<sup>21</sup> Série de livros composto pelos livros: O Centro de Saúde de Londrina (1992), A Escola de Saúde Pública do Paraná: sem aspas (1995), O hospital Oswaldo Cruz e a epidemiologia no Paraná (1993), Saúde pública: União da Vitória (1994), A tísica: através dos tempos (1992)

experiências e práticas dos profissionais de saúde, além das estratégias de educação permanente em saúde, tanto em nível nacional quanto estadual. O objetivo deste estudo é ressaltar a importância desse acervo para a preservação da memória e da história da saúde pública e da formação e qualificação em saúde.

Ao utilizar a biblioteca e aderir às plataformas digitais de acesso, não apenas preservamos a história, mas também ampliamos as possibilidades de aprendizado e reflexão, desafiando-nos a construir um entendimento mais abrangente e enriquecedor de nossa história.

A discussão sobre o tratamento adequado a esses materiais e informações levanta questões fundamentais sobre a função do guardar que pode ser visto como a preservação de memórias ou até mesmo o silenciamento, visto que a impossibilidade de acesso a este espaço e acervo, pode ser vista como um cerceamento da informação. A transparência e a gestão adequada dos documentos públicos, especialmente na área da saúde pública, tornam-se fundamentais para proteger os direitos dos cidadãos e preservar a integridade do Estado.

Estes registros sobre a sociedade e suas políticas de saúde ao longo de um extenso período, além de lançar luz sobre temas como imigração, participação da mulher nas profissões da saúde e questões raciais, tem muito mais a oferecer do que uma simples reserva de documentos.

Assim, este trabalho buscou demonstrar o valor desses documentos, ainda não totalmente revelados, como fontes de pesquisa, na construção do conhecimento e na preservação do patrimônio histórico da instituição, estimulando a produção científica e enriquecendo a historiografia da saúde e da educação. Para isso, pretende-se dar continuidade ao processo de tratamento técnico especializado por arquivistas e divulgação dos documentos.

A documentação histórica é um patrimônio cultural que precisa ser preservado e difundido, pois é uma fonte de conhecimento e de memória, portanto, o acesso a estes itens é fundamental para evitar que haja restrições ou distorções na informação, garantindo o direito à informação e à cultura da comunidade.

## REFERÊNCIAS

- AITH, F. M. A. *et al.* Regulação do exercício de profissões de saúde: fragmentação e complexidade do modelo regulatório brasileiro e desafios para seu aperfeiçoamento. **Revista de Direito Sanitário**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 198–218, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/152586>. Acesso em: 31 maio 2023.
- BELLOTTO, H. L. B. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/76333/80048/104345>. Acesso em: 31 maio 2023.
- BERTUCCI, L. M. Saúde Pública na capital paranaense. dos “bons ares” à febre tifóide. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: [s. n.], 2011. p. 12. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300200787\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300200787_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.
- BOJANOSKI, S. de F. **Memória, História e documentos sacralizados: um estudo de caso do Arquivo Público do Paraná (1976-1989)**. [s. l.], 2007. Disponível em: Acesso em: 27 ago. 2023.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.554, de 3 de fevereiro de 1886**. [S. l.], 1886. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9554-3-fevereiro-1886-543197-publicacaooriginal-53270-pe.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei N. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. [S. l.], 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 21 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro 2011**. [S. l.], 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46). Acesso em: 21 jan. 2024.
- CABRAL, D. **Inspetoria-Geral de Higiene (1886-1892)**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/535-inspetoria-geral-de-higiene-1886-1892>. Acesso em: 19 set. 2022.
- CASA NOVA, V. Biblioteca: uma leitura semiológica. **R. Esc.Bibliotecon. UFMG**, [s. l.], v. 19, n. esp., p. 130–137, 1990. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87300>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- CINTRA, E. P. U. **Faculdade de Medicina do Paraná: Catalisadora do Processo de Institucionalização da Ciência Médica no Paraná nas primeiras décadas do Século XX**. [S. l.]: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846565\\_ARQUIVO\\_FMP.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846565_ARQUIVO_FMP.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.
- CONASS. **Projeto organiza memória da Saúde Pública no Paraná**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.conass.org.br/projeto-organiza-memoria-da-saude-publica-no-parana/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. **Resolução CFB 06, de 13 de julho de 1966.** [S. l.], 1966. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/64>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CURITIBA. **Lei Ordinária 1569/1958.** [S. l.], 1958. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1958/157/1569/lei-ordinaria-n-1569-1958-considera-de-utilidade-publica-a-escola-de-saude-publica-do-parana>. Acesso em: 21 jan. 2024.

DALLEDONE, M. T. A. **Condições sanitárias e as epidemias de varíola na província do Paraná (1853-1889).** 1980. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - UFPR, Curitiba, 1980. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27082>. Acesso em: 25 set. 2022.

DOLINSKI, J. P. História das doenças em uma perspectiva regional: a febre amarela na cidade de Paranaguá (1877-1878). **13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, [s. l.], p. 15, 2012. Disponível em: [https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1344778760\\_ARQUIVO\\_HISTORIADASDOENCASEMUMAPERPECTIVAREGIONAL-textocompletoparaaUSPSBHC.pdf](https://www.13snhct.sbhct.org.br/resources/anais/10/1344778760_ARQUIVO_HISTORIADASDOENCASEMUMAPERPECTIVAREGIONAL-textocompletoparaaUSPSBHC.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

EDLER, F. C. **Saúde e Higiene Pública na Ordem Colonial e Joanina.** [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: [http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5120&Itemid=372](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=372). Acesso em: 6 ago. 2022.

ESPP. **Histórico do Processo de Formação em Saúde Pública na SESA-PR - Escola de Saúde Pública do Paraná.** Curitiba, 2022a. Disponível em: <http://www.escoladesaude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ESPP. **Institucional.** Curitiba, 2022b. Disponível em: <http://www.escoladesaude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FERNANDES JUNIOR, L. R. **A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná: suas origens e sua evolução no período de 1853-1983.** Curitiba: Fundação Caetano Munhoz da Rocha, 1987.

FERNANDES JUNIOR, L. R. **Escola de Saúde Pública do Paraná: Sem Aspas.** Curitiba: Casa da Memória da Saúde Pública, 1995.

FIOCRUZ. **Verbetes Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro.** In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 9 jul. 2023.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod\\_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf). Acesso em: 28 fev. 2023.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, [s. l.], v. 22, n. 36, p. 261–273, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bgwq8Gv3wbRX4x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2023.

LARA, J. T. De. A medicina paranaense na alvorada do século XX: uma análise das discussões veiculadas na Gazeta Médica do Paraná (1901-1904). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [s. l.], v. 17, n. 30, p. 181–199, 2020. Disponível em: [https://outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/807](https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/807).

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Repertórios). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod\\_resource/content/1/LE\\_GOFF\\_HistoriaEMemoria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4594598/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf).

MENESES, U. T. B. **Vista do A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais**. [S. l.], 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MERA, C. M. P. O desenvolvimento agrícola e o processo migratório no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 445, 2017.

MIRANDA, C. A. C. **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura**. 3. ed. Recife: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39938/950195/E-book+A+ARTE+DE+CURAR.pdf/79de256e-161d-4fb1-bf4e-e802193f223a>. Acesso em: 25 set. 2022.

MONTEIRO, N. S. S. Democratizar a informação para o desenvolvimento do conhecimento: a ampliação do acesso ao acervo documental das ciências e da saúde na Fiocruz. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 299–318, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/6rpb3X47JDGXJdMf3YgPcnh/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MORICONI, I. (org). **Guardar**. In: OS CEM MELHORES POEMAS BRASILEIROS DO SÉCULO. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOTT, M. L. *et al.* Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 853–868, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jFZsddJRDzCGv4fGvB3r9NG/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [s. l.], v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 3 set. 2023.

PAIM, J. S. **O que é o SUS?** 6. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

PARANÁ. **Decreto 2866 de 22 de abril de 2004.** [S. l.], 2004. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-2866-2004-parana-estabelece-normas-para-a-transferencia-e-ou-recolhimento-de-acervos-publicos-e-privados-para-o-deap>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PARANÁ. **Decreto 10763 de 11 de abril de 2022.** [S. l.], 2022. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-09/doe\\_11155\\_11-04-2022\\_p4-5.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-09/doe_11155_11-04-2022_p4-5.pdf). Acesso em: 21 jan. 2024.

PARANÁ. **Lei 3807 de 4 de novembro de 1958.** [S. l.], 1958.

PARANÁ. **Relatório 1937 - 1942 Interventor Manoel Ribas.** [S. l.], 1942. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-03/relatorio\\_1937-1942\\_interventor\\_manoel\\_ribas\\_0.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1937-1942_interventor_manoel_ribas_0.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

PARANÁ; DEAP. **Catálogo de Documentos referentes à Saúde Pública do Paraná (1951-1989).** Curitiba: Imprensa Oficial, 2018. (Pontos de Acesso). Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-11/catalogosaudepublica.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/catalogosaudepublica.pdf).

PARANÁ; HOSPITAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA DO PARANÁ. **Hospital inaugura Museu que resgata a história da saúde pública paranaense |.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://hds.saude.pr.gov.br/Noticia/Hospital-inaugura-Museu-que-resgata-historia-da-saude-publica-paranaense>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PARANÁ; SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. **Anexo I da Resolução SESA nº 434/2012.** [S. l.], 2012. Disponível em: [https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-04/resolucao4342012.pdf](https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/resolucao4342012.pdf). Acesso em: 24 jan. 2023.

PARANÁ; SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ. **Resolução SESA Nº 434/2012. Regimento Interno Escola de Saúde Pública do Paraná.** [S. l.], 2012. Disponível em: [www.saude.pr.gov.br-gabinete@sesa.pr.gov.br](http://www.saude.pr.gov.br-gabinete@sesa.pr.gov.br). Acesso em: 15 jan. 2024.

PARANÁ; SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ; ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ. **Regulamento Interno da Biblioteca.** [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.pergamum.sesa.pr.gov.br/pergamumweb-sesa/vinculos/000006/0000060c.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PARANÁ; SESA. **Seis décadas formando pessoas: fortalecendo a saúde pública.** Curitiba: ESPP, 2018. v. (No Prelo)

PIMENTA, T. S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. **Cad. Cedes**, [s. l.], v. 23, n. 59, p. 91–102, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/LF79n7MyS8tYnjFxxGmLbvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

POLLAK, M. **Memória e identidade social.** [s. l.], v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.



PORTO, Â. *et al.* História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**, [s. l.], 2008. Disponível em: Acesso em: 4 set. 2023.

PUTTINI, R. F. Curandeirismo e o campo da saúde no Brasil. **Interface (Botucatu)**, [s. l.], v. 12, p. 87–106, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/icse/a/pn5CWZ5vgyqNCGjBqMZtZvq/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

RAMOS, R. W. **O Paraná Moderno de Bento Munhoz da Rocha: Ações para implantação de novo modelo agrário (1951-1955)**. [S. l.]: Paco Editorial, 2022.

ROCHA, C. M. da. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná**. Curitiba: s.e., 1921. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/msg1921\\_p.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/msg1921_p.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

RODRIGUES, W. O. *et al.* **Histórico da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP)**. [S. l.]: ESPP, 1982.

RONCAGLIO, C.; NEUERT, M.; MARTINS, M. da A. B. Apontamentos para uma história da saúde: as fontes documentais do Paraná. **Hist. cienc. saúde Manguinhos**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 223–235, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000200010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000200010&lng=pt&tlng=pt).

SANTOS, L. A. de C.; FARIA, L. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. **Trab. educ. saúde**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 291–324, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462006000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200005&lng=pt&tlng=pt).

SAUDE PUBLICA. **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 24 jun. 1886. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/242896/per242896\\_1886\\_00139.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/242896/per242896_1886_00139.pdf). Acesso em: 11 jun. 2023.

SCLIAR, M. Políticas de saúde pública no Brasil: uma visão histórica. *In*: SCLIAR, M. (org.). **Saúde Pública: histórias, políticas e revoltas**. São Paulo: Scipione, 2002. p. 204.

SILVA, F. X. **Mensagem do Governador do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo em 20 de outubro de 1894**. Curitiba: Typ. e Lith. da Companhia Impressora Paranaense, 1894. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-10/msg1894\\_p.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/msg1894_p.pdf). Acesso em: 2 mar. 2023.

SIQUEIRA, M. T. A. D. **Saúde e doença na Província do Paraná: 1853-1889**. 1989. 396p. f. - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27169>. Acesso em: 25 set. 2022.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2001. p. 83–104.

SZESZ, C. M. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. 1997. 197 f. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D\\_SZESZ%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D_SZESZ%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 set. 2022.

TORRES, R. Saúde em 1800. **Poli**, [s. l.], p. 10–11, 2008. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/10.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

UNESCO. **Programa Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental**. [S. l.], 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 3 set. 2023.

VASCONCELLOS, Z. de G. e. **Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro(...)**. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855. Disponível em: [https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-03/relatorio\\_1855\\_presidente\\_zacarias\\_de\\_goes\\_e\\_vasconcelos\\_0.pdf](https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1855_presidente_zacarias_de_goes_e_vasconcelos_0.pdf). Acesso em: 1 mar. 2023.

## APÊNDICE A - SÉRIE DOCUMENTAL RELATIVA AO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Livros de registros da Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional						
Divisão de Pesquisa e Documentação Científica da Escola de Saúde Pública do Paraná						
Secretaria de Saúde do Estado do Paraná						
Histórico						
<p><b>Estes livros foram provenientes da criação de legislação regulatória do exercício da medicina a partir de 1851, que determinou o registro de licenças, diplomas e profissões correlatas a saúde.</b></p> <p>A série documental de registros manuscritos presentes na DPDC é composta por 80 livros encadernados. Destes, 59 livros se referem aos registros de diplomas e certificados, 8 para registros de entidades hospitalares (hospitais, maternidades, clínicas), 4 livros da Comissão de fiscalização de entorpecentes, e outros 15 de assuntos diversos, como transmissão de cargos ou entrega de material hospitalar</p>						
Origem						
Em relação à sua origem, esta série de documentos mantida na DPDC tem sua procedência na Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional, que estava sob a alçada da Inspetoria de Higiene da Província em 1886.						
Livro	Produtor	Título	Datas limite	Âmbito e conteúdo	Dimensão e suporte	Notas
1	Diretoria Geral de Saúde do Paraná	Índice de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos e Oficiais de Farmácia	1874 – 1957 (83 anos)	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas	Encadernação capa dura com restauro em diversas folhas 200 folhas  32 x 25 x 4cm	Impressão “Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia”
2	Divisão da Fiscalização do Exercício Profissional	Índice de Médicos	1877 - 1982? (105 anos)	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas Manuscrito	Encadernação com folhas soltas e desordenadas (400p.)  35 x 22 x 5cm	Livro completamente preenchido
3	Inspeção de Higiene da Província	Registro Médicos Cirúrgicos (2x)	1886 – 1919 (33 anos)	Livro ‘para registro dos diplomas e licenças dos médicos, cirurgiões, farmacêuticos, dentistas e parteiras’ Manuscrito Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque - primeiro Inspetor de Higiene do Paraná <b>Registros de:</b> Victor Ferreira do Amaral, Augusto Stellfeld, Trajano Joaquim dos Reis, Antonio Candido de Leão, Duarte Velloso, Nilo Cairo	Encadernação capa dura, refilado nos 3 cortes. (400p.)  34 x 24 x 3 cm	Livro completamente preenchido
4	Diretoria Geral de Saúde do Paraná	1 Índice - Médicos, Farmacêuticos, Dentistas, Parteiros (1895)	1895 – 1933 (38 anos)	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas Carimbo em relevo na folha de guarda Traz no verso da folha de rosto um recorte do jornal “O Paiz – quarta feria 16 de dezembro de 1925”	Encadernação capa dura, refilado no corte superior e inferior (200p.)  31,5 x 21,5 x 2cm	Livro completamente preenchido “Oficina de Artes de A. Guimarães Curitiba”
5	Diretoria de Serviço Sanitário do Paraná	Práticos de Farmácia (1903) Livro de Atas	1903 – 1959 (56 anos)	Livro para ‘lançamento dos termos de exames de prático de pharmacia’ Dr. Antônio Candido de Leão – Inspetor sanitário Termo de abertura Edgar Stellfeld: farmacêutico prático	Encadernação capa dura em bom estado 98 folhas  32 x 22 x 2cm	Totalmente preenchido Atas de exames <b>Com selos de recolhimento</b>
6	Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Paraná	Livro 2 – Registro de títulos	1919 – 1931 (12 anos)	Livro para registro de títulos de profissionais. Sem termo de abertura Manuscrito <b>Registros de:</b> Cirurgião dentista, Parteira prática, Médico, Farmacêutico, Guido Straube, Maria Falce	Encadernação capa dura em bom estado (400p.)  47 x 34 x 4,5 cm	Livro completamente preenchido

7	Directoria Geral de Saúde Pública	Livro 3 – Títulos profissionais (1931)	1931 – 1937	Livro para 'registro de títulos de profissionais. Médicos, farmacêuticos, dentistas que exercem suas profissões nas diversas localidades do Estado' Com termo de abertura Manuscrito	Encadernação capa dura em bom estado (400p.) 47 x 34 x 4,5 cm	Livro completamente preenchido
8	Diretoria Geral da Saúde Pública	Livro de Registro Enfermeiro(as) Prático Licenciado(as) (1934)	1934 – 1935	Livro para 'registro de certificados de enfermeiros' Termo de abertura Inspetor geral – Dr. Bley Zornig 1 registro por página	Encadernação capa dura em bom estado 402 p. 31 x 25 x 2cm	Livro preenchido até página 24
9	Diretoria Geral de Saúde Pública	Livro 4 – Títulos profissionais (1936)	1936 – 1940	Livro para registro de títulos de profissionais. "Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia" Com termo de abertura Manuscrito frente e verso Com telegramas e protocolos em algumas páginas 1 a 4 registros por página <b>Registros de:</b> Médico veterinário, Enfermeira obstétrica, Médico, Cirurgião dentista, Oficial de farmácia (estrangeiro), Farmacêutico, Curso de Higiene e Saúde Pública, Waldemar Monastier	Encadernação capa dura em bom estado (400p.) 47 x 34 x 5 cm	Livro completamente preenchido
10	Departamento de Saúde do Estado do Paraná	Títulos profissionais (1940)	1940 – 1943	Livro para registro de títulos de profissionais. "Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia" Com termo de abertura Manuscrito frente e verso Com telegramas e protocolos em algumas páginas 1 a 4 registros por página <b>Registros de:</b> Enfermeira obstétrica, Médico, Cirurgião dentista, Oficial de farmácia (estrangeiro), farmacêutico	Encadernação capa dura em bom estado (400p.) 47 x 34 x 5 cm	Livro completamente preenchido
11	Diretoria Geral de Saúde	Livro 6 – Títulos profissionais (1943)	1943 – 1946	Livro para registro de títulos de profissionais. "Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia" Com termo de abertura Possui folhas soltas como índice Manuscrito (frente e verso) Com telegramas e protocolos em algumas páginas <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Enfermeira obstétrica, Médico, Cirurgião dentista, Protético, Oficial de farmácia, Fisiologia	Encadernação capa dura em bom estado (400p.) 46 x 35 x 5 cm	Livro completamente preenchido
12	Diretoria Geral de Saúde do Paraná	Livro de Registro de Óticos Práticos (1943)	1943 – 1958	Livro para registro de óticos práticos Termo de abertura Dr. Bichat Rodrigues – Diretor geral Folha de alçaço soltas com provas escritas de pedicuro prático de 1971	Encadernação capa dura em bom estado 200 p. 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 28
13	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro Ata de Exames para Odontólogos (1943)	1943 – 1972 (29 anos)	Livro para lavrar as atas dos exames de habilitação de protéticos Termo de abertura	Encadernação capa dura em bom estado 100 folhas 31 x 22 x 2cm	Preenchido até página 38
14	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional – Comissão examinadora	Atas das provas dos Óticos Práticos (1943)	1943 – 1973 (30 anos)	Livro para registro das atas das provas dos óticos práticos Termo de abertura Dr. Bichat Rodrigues – Diretor geral Atas datilografadas em folhas soltas	Encadernação capa dura em bom estado 200 p. 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 30

15	Departamento Técnico da Diretoria Geral de Saúde	Livro 7 – Registro de títulos (1946)	1946 – 1949	Livro para registro de diplomas e certificados. “Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia” Com termo de abertura Cabeçalho impresso (frente e verso) Com telegramas e protocolos em algumas páginas 1 a 2 registros por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Médico sanitarista, Cirurgião dentista, Parteira prática, Prático de Enfermagem, Oficial de farmácia, Protético Prático Licenciado, Enfermeiro do exército	Encadernação capa dura em bom estado (400p.) 53 x 42 x 5 cm	Livro completamente preenchido
16	Diretoria Geral de Saúde do Paraná. Departamento técnico. Divisão de Fiscalização da Medicina	Livro Ata – Dentista Farmacêutico (1946)	1946 – 1968 (22 anos)	Livro para lançamento das atas dos exames de Dentistas e Farmacêuticos Termo de abertura <b>Registros de:</b> Massagista, parteira	Encadernação capa dura em bom estado 100 folhas 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 31
17	Secretaria de Saúde Pública - SFO	Índice de Protéticos	1946 – 1981 (35 anos)	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas Manuscrito Possui página datilografada na abertura com nomes de profissionais que não registraram diploma e de retidos por exercício ilegal	Encadernação capa dura em bom estado 400 p. 31 x 24 x 3 cm	Utilizou menos que uma folha em cada aba
18	Secretaria de Saúde e Assistência Social – Departamento de Saúde – Divisão de Fiscalização da medicina	Livro 1-O Odontólogos e Diversos (1949)	1949 - 1953	Livro para registro de diplomas de Dentistas e diversos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura Termo de encerramento 1 registro por página <b>Registros de:</b> Cirurgião dentista, Oficial de farmácia, Enfermeira obstétrica, Visitadora sanitária, Saúde pública -IOC, Curso de Tuberculose, Escrevente Microscopista, <b>Registros de:</b> Jayme Drummond de Carvalho, UFPR, Departamento de Saúde	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido
19	Divisão de Fiscalização da Medicina	Livro 1 M – Médicos (1949)	1949 - 1955	Livro para registro de diploma de médicos. Com termo de abertura Com telegramas e protocolos em algumas páginas Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Médico, Veterinário, Medicina Psicossomática <b>Inicia-se a descrição da cor da pele</b>	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
20	Secretaria de Saúde e Assistência Social – Departamento de Saúde – Divisão de Fiscalização da medicina	Livro 1-F Farmacêuticos (1949)	1949 - 1961	Livro para registro de diploma Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Farmacêutico químico, Químico industrial, Engenheiro químico, Instituto de química do PR, Escola de química UFPR, Faculdade de Farmácia UFPR	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 26 x 4,5 cm	Livro completamente preenchido

21	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 2-O – Odontólogos (1953)	1953 - 1955	Livro para registro de diplomas de Cirurgiões-Dentistas e certificados diversos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura 1 registro por página <b>Registros de:</b> Oficial de farmácia, Protético, Veterinário, Sanitarista, Puericultura, Parteira prática, Tisiologia, Departamento nacional de saúde	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido
22	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 3-O – Odontólogos e diversos (1955)	1955 - 1960	Livro para registro de diplomas de Cirurgiões-Dentistas e certificados diversos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura 1 registro por página <b>Registros de:</b> Oficial de farmácia, Protético, Veterinário, Auxiliar de enfermagem, Massagista, Parteira prática	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido
23	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 2M – Médicos (1955)	1955 - 1961	Livro para registro de diploma de médicos. Com termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Com telegramas e protocolos em algumas páginas 1 registro por página Descrição da cor da pele	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido “Officinas de artes gráficas, Irmãos Guimarães e Cia”
24		Índice de Farmacêuticos e Outros	1956 - 1983 (27 anos)	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas e certificados Manuscrito	Encadernação capa dura em bom estado 600 p. 32 x 25 x 5 cm	
25	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 1 – CM Correlatos a Medicina (1958)	1958 - 1965	Livro para registro exclusivo de títulos. Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente sem verso) 3 registros por página <b>Registros de:</b> Laboratorista, Ótico Prático, Guarda sanitário, Curso de fisiologia, Curso de Lepra, Protético, Oficial de farmácia, Massagista, Visitadora Sanitária, Hipnose, Bioquímico, Prático de enfermagem, Parteira prática, Visitadora sanitária, Departamento de saúde Escola de auxiliar de enfermagem Catarina Labouré, Escola de Enfermagem Madre Leonie <b>ESPP 1960 Começam os registros</b> Descrição da cor da pele	Encadernação capa dura em bom estado 500 folhas 45 x 33 x 6,5 cm	Livro completamente preenchido
26		Livro Ata de Exames para Práticos de Farmácias (1959)	1959 - 1967	Livro de atas dos exames de práticos de farmácia	Encadernação capa dura em bom estado 50 folhas 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 21
27	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional – Comissão examinadora	Livro Ata de Exames p/ Práticos de Enfermagem (1960)	1960 – 1973	Livro para registro de atas dos exames para ‘prático de Enfermagem’ e ‘parteira prática’ Termo de abertura Atas de exames Ao fim do livro há cópias datilografadas de atas	Encadernação capa dura em bom estado 200 p. 31 x 23 x 2cm	Preenchido até página 36

28	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	(Livro 4-O – Odontólogos 1960)	1960-1965	Livro para registro de diplomas de Cirurgiões-Dentistas e certificados diversos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) <b>Registros de:</b> UFPR, UEPG, USP	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido
29	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 3 M – Médicos (1961)	1961 - 1971	Livro para registro exclusivo de título de médicos. Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente sem verso) 3 registros por página Descrição da cor da pele	Encadernação capa dura em bom estado 500 folhas 46 x 33 x 6 cm	Livro completamente preenchido
30	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 5-D Farmacêuticos e Odontólogos (1962-1976)	1961 - 1976	Livro para registro de diploma Registro impresso para preenchimento (frente sem verso) 2 registros por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Cirurgião dentista, Auxiliar de enfermagem Escola de aux. Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha Escola de auxiliar de enfermagem Catarina Labouré, UFPR, Escola evangélica de aux. de enfermagem	Encadernação capa dura em bom estado 500 folhas 45 x 33 x 6 cm	Livro completamente preenchido
31	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 2-F Farmacêuticos (1962)	1962 - 1972	Livro para registro de diploma Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Farmacêutico químico, Farmacêutico bioquímico, Faculdade de Farmácia e bioquímica UFPR	Encadernação capa dura em bom estado 250 folhas (500p.) 32 x 26 x 5,5 cm	Livro completamente preenchido
32	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro Ata de Exames para Massagistas, Operadores de Raio-X, Radioterapias de Substâncias Radioativas (1963)	1963 - 1972	Livro para registro de atas dos exames para Massagistas, Operadores de Raio-X, Radioterapias e Substâncias Radioativas	Encadernação capa dura em bom estado 100 folhas 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 16 Folhas soltas com programa de provas e rascunho de atas.
33	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	FC – 1 – Certificados e títulos (1964)	1964 - 1981	Livro para 'lançamento de certidões e outros títulos que complementem a documentação indispensável ao exercício profissional' Termo de abertura e encerramento <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Oficial de farmácia, prático de farmácia, Medicina	Encadernação capa dura em bom estado 200 p. 31 x 23 x 2cm	Livro preenchido até página 14
34	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	2 – CM Correlatos a Medicina (1965)	1965 - 1975	Livro para 'inscrição de todos os certificados e títulos conferidos às profissões afins da Medicina. Com termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 2 registros por página <b>Registros de:</b> Auxiliar de enfermagem, Laboratorista ESPP, Educador Sanitário ESPP, auxiliar de saneamento ESPP, Auxiliar de enfermagem Escola de aux. Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha 1970, Departamento de saúde, Escola de auxiliar de enfermagem Catarina Labouré, Escola de Enfermagem Madre Leonie	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 26 x 4,5 cm	Livro completamente preenchido

35	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 2 C-O Protéticos-Dentários (1966)	1965 - 1981	Livro para inscrição de certificados de 'profissões afins da Odontologia' Termo de abertura e encerramento Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 2 registros por página <b>Registros de:</b> Protético dentário, Dentista prático licenciado, Radiologia dentária	Encadernação capa dura em bom estado 500 p.  32 x 25 x 4 cm	Livro preenchido até página 90
36	Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 2 O-F Oficial de farmácia (1966)	1966 - 1981	Livro para inscrição de certificados de Oficial de farmácia e outras profissões correlatas. Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 2 registros por página <b>Registros de:</b> Oficial de Farmácia, Prático de farmácia, Laboratorista para indústria farmacêutica ESPP	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 26 x 4,5 cm	Livro preenchido até página 161
37	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro Índice dos Odontólogos e práticos Licenciados (1970)	1970	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas de Cirurgiões dentistas e práticos licenciados	Encadernação capa dura em bom estado 200 folhas  32 x 25 x 4 cm	Datado de 28/01/1970
38	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro Índice dos Odontólogos e práticos Licenciados (1970)	1970	Índice alfabético manuscrito remetendo a livros e folhas de registro de diplomas de Cirurgiões dentistas e práticos licenciados	Encadernação capa dura em bom estado 200 folhas  32 x 25 x 4 cm	Cópia do livro anterior Datado de 28/01/1970 e com a observação de estar atualizado
39	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 4M – Médicos (1971)	1971 - 1973	Livro para registro de diplomas médicos Com termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página Descrição da cor da pele (branca, amarela, morena)	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
40	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	1 – A.M. Enfermeiros Fisioterapeutas (1971)	1971 - 1982	Livro para 'registros dos diplomas de Enfermeira diplomada, Fisioterapeuta, Terapeuta ocupacional e de outras profissões afins da Medicina' Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura 1 registro por página <b>Registros de:</b> Assistente social, Psicólogo, Médico veterinário, UFPR, UEL, PUC	Encadernação capa dura em bom estado 500 p.  31 x 24 x 4 cm	Livro preenchido até página 310
41	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 3-F Farmacêuticos (1972)	1972 - 1977	Livro para registro de diploma Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Farmacêutico bioquímico, UFPR, UEPG	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 26 x 5,5 cm	Livro completamente preenchido
42		AL – Registro de Óticos M-1	1972 - 1983	Livro para registro de óticas, relojarias, prescrição de massagens etc.	Encadernação capa dura em bom estado 43 folhas  32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até página 32



43	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 5M – Médicos 1973	1973 - 1974	Livro para registro de diplomas médicos Com termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página Descrição da cor da pele	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
44	Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha	Livro nº1 Registro dos termos de posse dos diretores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha	1973 - 1986	Livro para 'registro dos Termos de posse dos diretores Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha' Termo de abertura 21/09/1979	Encadernação capa dura em bom estado 200 p.  31 x 23 x 2cm	Preenchido até a folha 7
45	Secretaria de Saúde Pública Departamento de Saúde Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 6-M – Médicos (1974)	1974 - 1975	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página Descrição da cor da pele (branca, amarela, parda)	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
46	Secretaria de Saúde Pública - D.S. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 7M – Médicos (1975)	1975 - 1976	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Número de identidade</b> Descrição da cor da pele (branca, amarela, parda, preta)	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido Assinaturas recortadas de outro documento e colado no registro
47	Secretaria de Saúde e do Bem-estar Social -Departamento de Saúde - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	3- CM Certificados Diversos (1975)	1975 - 1977	Livro para inscrição de certificados Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 2 registros por página <b>Registros de:</b> Auxiliar de enfermagem, Médico do trabalho, Educador Sanitário ESPP <b>Registros de:</b> Escola de aux. Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Escola de auxiliar de enfermagem Catarina Labouré, UFPR, Escola evangélica de aux. de enfermagem	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 26 x 4,5 cm	Livro completamente preenchido
48	Secretaria de Saúde Pública - D.S. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 8M – Médicos (1976)	1976 - 1977	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Número de identidade 1 registro por página Descrição da cor da pele (branca, amarela, morena parda, preta)	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
49	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 6-O Odontólogos (1976)	1976 - 1979	Livro para registro de diploma de cirurgia dentista Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> UFPR, UEPG, UEL	Encadernação capa dura em bom estado 500 p.  32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido

50	Secretaria de Saúde Pública - D.S. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 9M – Médicos (1977)	1977 - 1978	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Número de identidade 1 registro por página Supressão da informação da cor da pele Primeiros registros de desquitados	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
51	Secretaria de Saúde Pública - D.S. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 4-F Farmacêuticos (1977)	1977 - 1980	Livro para registro de diploma Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Farmacêutico, Farmacêutico bioquímico, Farmacêutico industrial, Técnico em química <b>Registros de:</b> UFPR, UEPG, UEM, UEL	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 26 x 5,5 cm	Livro completamente preenchido
52	Secretaria de Saúde e do Bem-estar Social -Departamento de Saúde - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 4 – CM Certificados Diversos (1977)	1977 - 1983	Livro para inscrição de certificados Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página <b>Registros de:</b> Técnico de enfermagem, Ótico prático, Educador Sanitário ESPP Técnico 2. grau em ótica CEP, Psicólogo, Residência médica UFPR, Auxiliar de enfermagem Escola de aux. Enfermagem Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Escola de auxiliar de enfermagem Catarina Labouré	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 26 x 4,5 cm	Livro preenchido até página 269 Descrição da cor da pele
53	Secretaria de Saúde Pública - D.S. Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 10M – Médicos (1978)	1978 - 1979	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Número de identidade <b>Supressão da informação da cor da pele que consta no impresso</b> 1 registro por página	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
54	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 11M – Médicos (1979)	1979 - 1980	Livro para registro de diplomas médicos Sem termo de abertura Registro impresso para preenchimento (frente e verso) 1 registro por página Número de identidade	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  31 x 24 x 4 cm	Livro completamente preenchido
55	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 7-O Odontólogos (1979)	1979 - 1981	Livro para registro de diploma de cirurgião dentista Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura e encerramento 1 registro por página <b>Registros de:</b> UFPR, UEL, UEPG	Encadernação capa dura em bom estado 500 p.  32 x 25 x 5 cm	Livro completamente preenchido
56	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 5- F Farmacêuticos (1980)	1980 - 1982	Livro para registro de diplomas de Farmacêuticos e farmacêuticos bioquímicos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura e encerramento Imprensa Oficial Paraná <b>Registros de:</b> UFPR, UEPG, UEM, UEL	Encadernação capa dura em bom estado (500p.)  32 x 25 x 4 cm	Livro completamente preenchido

57	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 12M – Médicos 1980)	1980 - 1982	Livro para registro de diplomas médicos Com termo de abertura e encerramento Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Número de identidade 1 registro por página <b>Registros de:</b> Universidade Católica do Paraná, UFPR, Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 29 x 22 x 4 cm	Livro preenchido até página 371
58	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 8-O Odontólogos (1981)	1981 - 1982	Livro para registro de diploma de cirurgião dentista Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura e encerramento 1 registro por página <b>Registros de:</b> UFPR, UEL, UEPG	Encadernação capa dura em bom estado 500 p. 32 x 25 x 5 cm	Livro preenchido até página 88
59	Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social – Coordenadoria de Atenção Médica Integral - Divisão de Fiscalização de Exercício Profissional	Livro 6- F Farmacêuticos (1981)	1982	Livro para registro de diplomas de Farmacêuticos e farmacêuticos bioquímicos Registro impresso para preenchimento (frente e verso) Termo de abertura (Departamento de Saneamento e Vigilância sanitária) Impresso pela Imprensa Oficial Paraná <b>Registros de:</b> UFPR, UEPG, UEM, UEL	Encadernação capa dura em bom estado (500p.) 32 x 25 x 4 cm	Livro preenchido até página 82
60 - 68		Registros de entidades hospitalares	1951 - 1985	8 livros com registros de entidades hospitalares (hospitais, maternidades, clínicas) 1951, 1957, 1963, 1968, 1973, 1977, 1979, 1985	Livros encadernados ou encapados 33 x 23 x 3cm	Nome da instituição Responsável profissional Descrição física (dependências)
69-71		Posse e promessa	1968 - 1987	3 livros de registro de posse e promessa de funcionários da saúde 1968, 1972, 1987	Livros encadernados 33 x 23 x 3cm	
72 - 75		Entorpecentes	1941 - 1983	4 livros Comissão de fiscalização de entorpecentes: 1941, 1965, 1982, 1983	Livros encadernados 33 x 23 x 3cm	
76 - 85		Diversos	1968 - 2002	11 livros diversos Presença de exposições, transmissões de cargo (1995, 1996, 2002) Fundação Hospitalar (1968, 1997) Conselho administrativo Fundação Caetano Munhoz da Rocha (1979, 1980, 1988) Descarga (entrega de material hospitalar) 1981 Comissão de fiscalização profissional 1974	Livros encadernados	
86		Livro de Atos	1995 - 2003	Termos de transmissão do cargo de Secretário Estadual de Saúde	Encadernação capa dura em bom estado 100 folhas 32 x 23 x 1,5cm	Preenchido até folha 2 (3 termos)

--